

Pontos máximos para Publicações		10,00	
Experiência profissional			
N	Experiência profissional na área de atuação nos últimos 10 (dez) anos (por ano), não sendo contabilizado o tempo exigido como pré-requisito, caso o candidato venha a utilizar esse tempo para comprovação de pré-requisito.	2,50	25,00
Pontos máximos para Experiência Profissional		25,00	
Total de Pontos		50,00	

OBSERVATÓRIO NACIONAL

**EDITAL Nº 1, DE 9 DE OUTUBRO DE 2023
CONCURSO PÚBLICO ON/MCTI**

O Diretor do Observatório Nacional, Unidade de Pesquisa pertencente à estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo em vista a Portaria GM/MGI nº 1.369, de 6 de abril de 2023, da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. do dia 10 subsequente, e a Portaria MCTI nº 7.227, de 12 de julho de 2023, da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, publicada no D.O.U. do dia 13 subsequente, alterada pela Portaria MCTI nº 7.298, de 3 de agosto de 2023, publicada no D.O.U. do dia 4 subsequente, pela Portaria MCTI nº 7.477, de 22 de setembro de 2023, publicada no D.O.U. do dia 25 subsequente, e pela Portaria MCTI nº 7.519, de 6 de outubro de 2023, publicada no D.O.U. do dia 9 subsequente, torna pública a realização de CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS para provimento efetivo de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de PESQUISADOR, da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de acordo com o disposto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos e eventuais retificações posteriores, e promovido pelo Observatório Nacional.

1.2. O Concurso será realizado em conformidade com a legislação vigente, em particular:

1.2.1. A Constituição Federal de 1988.

1.2.2. As Leis Federais nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; nº 8.691, de 28 de julho de 1993; nº 9.515, de 20 de novembro de 1997; nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; nº 12.990, de 9 de junho de 2014; nº 13.146, de 6 de julho de 2015; nº 13.656, de 30 de abril de 2018; nº 13.872, de 17 de setembro de 2019.

1.2.3. Os Decretos do Poder Executivo nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; nº 6.593, de 2 de outubro de 2008; nº 8.727, de 28 de abril de 2016; nº 9.094, de 17 de julho de 2017; nº 9.508, de 24 de setembro de 2018; nº 9.739, de 28 de março de 2019; nº 11.016, de 29 de março de 2022.

1.2.4. A Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023.

1.2.5. A Portaria GM/MGI nº 1.369, de 6 de abril de 2023; a Portaria ON/MCTI, nº 201 de 30 de agosto de 2023.

1.2.6. A Resolução nº 2, de 23 de novembro de 1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia.

1.3. O Concurso visa o preenchimento de vagas para cargos da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, conforme quadro a seguir:

Cargo	Vagas			
	Ampla concorrência	Pessoas com Deficiência (5%)	Negros (20%)	Total
Pesquisador	9	1	3	13

1.3.1. Das vagas ofertadas, e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão reservadas a pessoas com deficiência, providas na forma do art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, e do art. 1º do Decreto nº 9.508/2018, e suas alterações.

1.3.2. Das vagas ofertadas, e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 20% (vinte por cento) serão reservadas aos que concorrerem a cotas para negros, com base no art. 1º da Lei nº 12.990/2014.

1.4. O prazo de validade do Concurso será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final no D.O.U., podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, com base no art. 43, § 1º, do Decreto nº 9.739/2019.

1.5. O Concurso será organizado, operacionalizado e supervisionado pela Comissão Interna de Concurso do Observatório Nacional, designada pela Portaria ON/MCTI nº 194, de 3 de julho de 2023, publicada no Boletim de Comunicação Interna do ON nº 07 Extra, do dia 13 subsequente.

1.5.1. A organização e operacionalização do Concurso poderá ser delegada, em parte ou em todo, a empresa pública ou privada, contratada pelo Observatório Nacional para tal fim, conforme previsto na legislação.

1.6. Todas as informações relativas ao Concurso objeto deste Edital poderão ser obtidas junto ao Serviço de Recursos Humanos do Observatório Nacional, através do e-mail concursos@on.br.

1.6.1. As consultas serão atendidas e respondidas somente em dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 16h.

1.7. As informações sobre o Concurso e o cronograma previsto, bem como suas alterações, estarão disponíveis no sítio eletrônico <https://www.gov.br/observatorio/pt-br/assuntos/concursos>, doravante referido apenas como "página do Observatório Nacional".

1.8. Será de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção de informações referentes ao Concurso, em particular, às retificações do Edital, ao acompanhamento dos prazos e às possíveis atualizações dos cronogramas, inclusive quanto às datas e horários de realização das provas.

1.9. Para todos os fins deste Concurso, será observado o horário local de Brasília.

1.10. A inscrição no Concurso implicará, por parte do candidato, a concordância plena e integral com os termos deste Edital, seus Anexos e eventuais retificações posteriores, e com a legislação vigente.

1.11. Antes de realizar a inscrição no Concurso, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a concorrência.

2. DO CONCURSO

2.1. O presente Concurso destina-se ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Pesquisador, do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, regulado pela Lei nº 8.691/1993, em diferentes classes e áreas de atuação, de acordo com os perfis especificados no Anexo I deste Edital.

2.2. O Concurso será realizado sob a responsabilidade do Observatório Nacional e compreenderá as seguintes Etapas:

2.2.1. Etapa 1: Prova escrita e arguição oral, sobre um ou mais temas da área de atuação específica da vaga em concurso, de caráter eliminatório e classificatório.

2.2.2. Etapa 2: Defesa pública de memorial, de caráter eliminatório e classificatório.

2.2.3. Etapa 3: Análise e apreciação de títulos e currículo, de caráter exclusivamente classificatório.

2.3. O acompanhamento e fiscalização do certame estará a cargo da Comissão Interna de Concurso referida no item 1.5 deste Edital.

2.4. Todas as etapas deste Concurso serão realizadas na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

2.5. A homologação do resultado final deste Concurso poderá se dar por perfis, separadamente, ou pelo conjunto de cargos disponibilizados neste Edital, a critério do Observatório Nacional.

3. DAS VAGAS

3.1. O Concurso visa ao provimento de 13 (treze) vagas para o cargo de Pesquisador, conforme discriminado no item 1.3 e no Anexo I.

3.2. O ingresso no cargo dar-se-á sempre no padrão inicial da respectiva classe.

3.3. O Regime Jurídico no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário, conforme dispõe a Lei 8.112/1990.

3.4. O regime de trabalho para todas as classes é de 40 (quarenta) horas semanais

3.5. A formação mínima exigida e os pré-requisitos para concorrer em cada perfil encontram-se especificados no Anexo I.

3.6. As atribuições do cargo, para os diferentes perfis, e o respectivo órgão de lotação encontram-se especificados no Anexo I.

3.6.1. Sem prejuízo das atribuições do cargo, o servidor poderá ser convocado para exercer atividades de fiscalização de contratos de prestação de serviços, e participar em comissões de processos disciplinares, de acordo com a legislação vigente, bem como participar em comissões acadêmicas e administrativas internas da instituição, quando requerido no interesse do Observatório Nacional.

3.7. O quantitativo de vagas disponibilizado para provimento imediato contempla a reserva de vagas para candidatos negros, em percentual de 20%, e para candidatos portadores de deficiência, em percentual de 5%, conforme discriminado no item 1.3.

3.8. As vagas de provimento imediato, reservadas a candidatos negros e pessoas com deficiência, foram atribuídas aos diferentes perfis do Concurso, discriminados no Anexo I, de acordo com o disposto pela Portaria ON/MCTI nº 201, de 30 de agosto de 2023, publicada no D.O.U. do dia 31 subsequente, tendo como base a Nota Técnica nº 62/2023, da Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas, da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo, do Ministério da Igualdade Racial.

3.8.1. As vagas reservadas foram distribuídas por sorteio realizado em sessão pública no dia 4 de setembro de 2023, cuja gravação se encontra disponível no canal de YouTube do Observatório Nacional, e cuja ata consta registrada no processo SEI/MCTI nº 01210.000203/2023-98.

3.9. Haverá quantitativo máximo de candidatos aprovados, em cada perfil, bem como número máximo de vagas para cadastro de reserva, de acordo com o estipulado pelo Anexo III do Decreto nº 9.739/2019, conforme quadro a seguir:

Vagas para provimento imediato	Número máximo de candidatos aprovados	Número máximo de vagas para cadastro de reserva
1 (uma)	6 (seis)	5 (cinco)
2 (duas)	11 (onze)	9 (nove)

3.9.1. Os candidatos aprovados que, pela ordem de classificação, excedam o número máximo de aprovados aqui estabelecido, ficarão automaticamente reprovados.

3.10. A remuneração bruta, em R\$, correspondente ao cargo e classes concursadas, conforme a Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023, é a seguinte:

Cargo	Classe e Padrão	Vencimento básico	Adicional por titulação			Gratificação de desempenho Até
			Com especialização	Com mestrado	Com doutorado	
Pesquisador	Adjunto I	6.710,29	1.290,76	2.512,70	5.412,57	2.152,00

4. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

4.1. Ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, seus Anexos e eventuais retificações.

4.2. Ter nacionalidade brasileira, ou estrangeira conforme prevê a Lei nº 9.515/1997.

4.2.1. Se brasileiro, gozar dos direitos políticos e estar em dia com as obrigações eleitorais, e com as obrigações do Serviço Militar se do sexo masculino.

4.2.2. Se estrangeiro, obter autorização de residência nos termos da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

4.3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse do cargo.

4.4. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo/perfil, comprovada através de exame médico admissional, realizado por junta médica do Observatório Nacional ou por ele designada.

4.5. Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, nos termos do disposto no art. 137, da Lei nº 8.112/1990.

4.6. Não acumular cargos, empregos e funções públicas, mesmo com proventos de inatividade, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção dentro do prazo previsto no art. 13, § 1º, da Lei 8.112/1990 para a posse do cargo.

4.7. Obedecer às exigências das atribuições do cargo, em conformidade com a Lei nº 8.691/1993 e com o disposto neste Edital.

4.8. Não se encontrar cumprindo penalidade administrativa ou criminal impeditiva do exercício de cargo público federal.

4.9. Apresentar, na data da convocação para a posse, as certidões e diplomas originais que comprovem a titulação e a experiência requeridas para o respectivo perfil, conforme indicado no Anexo I.

4.9.1. As certidões ou diplomas deverão corresponder a cursos de nível superior reconhecidos pelo Ministério da Educação, e deverão estar devidamente registrados.

4.9.2. Certidões ou diplomas concedidos por instituição estrangeira somente serão aceitos quando acompanhados da respectiva revalidação por instituição brasileira, devidamente credenciada para este fim, conforme o art. 48, §§ 2º e 3º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

4.10. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse, se solicitados pelo Observatório Nacional.

4.11. Para todos os requisitos que requeiram de comprovação documental deverá ser apresentado o documento original acompanhado de fotocópia simples, sendo passível de desclassificação o candidato que não os apresentar.

5. DO CRONOGRAMA

Cronograma previsto	Data
5.1. Lançamento do Edital	10/10/2023
5.2. Prazo para impugnação do Edital (item 22)	De 11/10/2023 até 15/12/2023
5.3. Período de recepção de inscrições (item 6.1)	De 18/12/2023 até 08/03/2024
5.4. Período para requerer isenção da taxa de inscrição (itens 6.2.7 e 8.2)	De 18/12/2023 até 08/03/2024
5.5. Divulgação da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição (item 8.4)	10/03/2024
5.6. Prazo para interposição de recurso ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição (item 8.5)	11/03/2024
5.7. Resultado da análise dos recursos ao indeferimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição (item 8.6)	13/03/2024
5.8. Prazo para envio do comprovante de pagamento da taxa de inscrição (item 7.3)	15/03/2024
5.9. Divulgação do resultado preliminar das inscrições homologadas (item 6.9)	19/03/2024
5.10. Prazo para interposição de recurso ao indeferimento da inscrição (item 6.10)	22/03/2024
5.11. Divulgação do resultado final das inscrições homologadas (item 6.11)	27/03/2024
5.12. Divulgação das datas e horários das provas (item 12.4)	10/04/2024
5.13. Divulgação da composição das comissões examinadoras (item 17.6)	10/04/2024
5.14. Prazo para impugnação das comissões examinadoras (item 17.7)	15/04/2024
5.15. Período previsto para realização das provas (item 12.2)	De 29/04/2024 até 24/05/2024



6. DA INSCRIÇÃO

6.1. A inscrição no presente Concurso deverá ser efetuada desde o dia 18 de dezembro de 2023 até as 23h59m do dia 8 de março de 2024 (item 5.3), exclusivamente através do formulário disponível na página do Observatório Nacional, não sendo aceitos outros meios de inscrição.

6.2. Para se inscrever, o candidato deverá preencher todos os campos do formulário, indicando:

6.2.1. O perfil e área de atuação, dentre os elencados no Anexo I, para o qual deseja concorrer.

6.2.2. Se se declara pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas para estes candidatos, ou para concorrer como cotista (vide item 9).

6.2.3. Se se autodeclara pessoa negra para concorrer às vagas reservadas para estes candidatos, ou para concorrer como cotista (vide item 10).

6.2.4. Se precisará de condições especiais para realização das diferentes etapas do concurso, caso se declare pessoa com deficiência (vide item 11).

6.2.5. Se precisará amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das diferentes etapas do concurso, caso seja mãe lactante (vide item 11).

6.2.6. Se solicita o atendimento pelo nome social durante as etapas do Concurso (vide item 11).

6.2.7. Se solicita isenção da taxa de inscrição no Concurso, com base na Lei nº 13.656/2018 (vide item 8).

6.2.8. Os nomes e endereços de e-mail de 2 (dois) especialistas, não pertencentes ao quadro do Observatório Nacional, de instituições brasileiras ou estrangeiras, que possam fornecer avaliações sobre os trabalhos do candidato, as quais poderão servir de subsídios para a análise e apreciação de seus títulos.

6.3. O candidato deverá anexar, no próprio formulário de inscrição, os seguintes documentos, somente em formato PDF, com tamanho individual igual ou menor que 5 MB:

6.3.1. Memorial circunstanciado, contendo a relação dos títulos e trabalhos do candidato, acompanhado de uma análise sumária desses trabalhos, feita pelo próprio candidato, situando o seu significado e a contribuição que representam, e uma proposta de projeto de pesquisa a desenvolver no Observatório Nacional.

6.3.2. Curriculum Vitae.

6.3.3. Cópia simples dos documentos que comprovem todos os itens relacionados no memorial de atividades e no currículo, com especial atenção aos quesitos elencados no item 16.3 deste Edital. No caso de publicações, é suficiente a(s) cópia da(s) página(s) onde figurem os dados de autoria e publicação.

6.3.4. Cópia de documento de identidade, com foto e legível.

6.3.5. Cópia dos documentos adicionais exigidos no caso de candidatos portadores de deficiência, mães lactantes, ou candidatos que solicitaram isenção da taxa de inscrição, conforme previsto neste Edital.

6.4. Para efetivar a inscrição no Concurso, o candidato deverá realizar o pagamento da Taxa de Inscrição correspondente (vide item 7).

6.5. O candidato que desejar concorrer em mais de um perfil, deverá realizar inscrições separadas, pagando, em cada caso, a respectiva taxa de inscrição e encaminhando, com cada inscrição, toda a documentação exigida.

6.6. O candidato é inteiramente responsável pelas informações prestadas, bem como pela exatidão da documentação apresentada no ato da inscrição.

6.7. O Observatório Nacional não se responsabilizará por inscrições ou documentos não recebidos, recebidos de forma incompleta ou fora do prazo, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.

6.8. No caso em que o número de candidatos oficialmente inscritos num perfil for igual ou inferior ao número de vagas disponíveis no perfil, o prazo de inscrição poderá ser prorrogado, uma única vez, por um período mínimo de 10 (dez) dias úteis.

6.9. Após verificar o cumprimento, por parte dos candidatos, dos requisitos para inscrição no certame, e num prazo não superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir do término do período de inscrição, a Comissão Interna de Concurso divulgará, na página do Observatório Nacional, a lista preliminar dos candidatos cujas inscrições no certame foram homologadas.

6.10. No caso de indeferimento do pedido de inscrição, caberá interposição de recurso do candidato, dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, através do e-mail concursos@on.br, dentro de um prazo não superior a 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado do indeferimento.

6.11. Findo o prazo para análise dos recursos, a Comissão Interna de Concurso divulgará, na página do Observatório Nacional e no D.O.U., a relação final dos candidatos cuja inscrição no certame foi homologada.

7. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1. Para efetivar a inscrição no Concurso, o candidato deverá realizar o pagamento da Taxa de Inscrição, pelo valor correspondente à classe do perfil pretendido, conforme detalhado a seguir:

Cargo/Classe	Valor
Pesquisador Adjunto	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

7.2. A taxa de inscrição deverá ser recolhida através da Guia de Recolhimento da União - GRU Simples, preenchida com os seguintes códigos:

7.2.1. Unidade Gestora (UG): 240126

7.2.2. Gestão: 00001

7.2.3. Nome da Unidade: OBSERVATÓRIO NACIONAL

7.2.4. Código de Recolhimento: 28883-7 - TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO

7.2.5. A GRU poderá ser preenchida e impressa no link http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp, sendo pagável somente no Banco do Brasil.

7.3. O candidato deverá enviar para o e-mail concursos@on.br, até as 23h59m do dia 15 de março de 2024 (item 5.8), a cópia do comprovante da GRU paga.

7.4. A inobservância do disposto no item 7.3, bem como o preenchimento errado da GRU, acarretarão o indeferimento automático da inscrição.

7.5. O Observatório Nacional não se responsabilizará por comprovantes não recebidos ou recebidos de forma incompleta, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.

7.6. O valor da taxa de inscrição pago não será devolvido caso o candidato desista posteriormente de fazer o Concurso, ou não consiga realizar o Concurso, qualquer que seja o motivo alegado, com exceção dos casos previstos na legislação.

8. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

8.1. Somente poderá solicitar isenção da taxa de inscrição o candidato que pertença a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), ou que for doador de medula óssea, conforme previsto na Lei nº 13.656/2018.

8.2. A isenção deverá ser requerida explicitamente no ato da inscrição, acompanhada da devida comprovação da condição que motiva o pedido.

8.2.1. O candidato que pertença a família inscrita no CadÚnico deverá comprovar esta condição informando, no formulário de inscrição, o Número de Identificação Social (NIS) correspondente.

8.2.2. O candidato que for doador de medula óssea deverá comprovar esta condição anexando, no formulário de inscrição, uma cópia da Declaração de Doador emitida pelo Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME).

8.3. A inobservância do disposto no item 8.2 acarretará a perda do direito à isenção da taxa de inscrição.

8.4. A Comissão Interna de Concurso divulgará, num prazo não superior a 2 (dois) dias corridos após o encerramento das inscrições, na página do Observatório Nacional, a decisão sobre o deferimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição.

8.5. No caso de indeferimento do pedido de isenção, caberá interposição de recurso do candidato, dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, através do e-mail concursos@on.br, dentro do prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da divulgação do indeferimento.

8.6. Findo o prazo para análise do recurso, e sendo mantido o indeferimento, o candidato poderá regularizar a sua inscrição efetuando o pagamento da taxa de inscrição e apresentando o respectivo comprovante, até a data especificada no item 7.3.

8.7. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do Concurso, que o candidato prestou informação falsa com o intuito de usufruir da isenção da taxa de inscrição, o mesmo será eliminado do Concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

9. DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

9.1. Do total de vagas, para o cargo de Pesquisador, previstas neste Edital, e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso, 5% (cinco por cento) está reservada para pessoas portadoras de deficiência, nos termos do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, do art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, do art. 4º, do Decreto nº 3.298/1999, e do Decreto nº 9.508/2018.

9.2. Os perfis com vagas reservadas para provimento imediato estão discriminados no Anexo I deste Edital.

9.3. Para concorrer a uma destas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição:

9.3.1. Declarar-se portador de deficiência.

9.3.2. Anexar, no formulário de inscrição, cópia de laudo médico original, emitido nos últimos 6 (seis) meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID).

9.3.3. Informar a necessidade de tratamento diferenciado para os dias de realização das provas, especificando as condições requeridas para tal (vide item 11).

9.4. A inobservância do disposto no item 9.3 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

9.5. A pessoa com deficiência que optar, na forma do item 9.3, por concorrer às vagas reservadas no perfil escolhido, concorrerá concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência no perfil, de acordo com a sua classificação no certame.

9.6. Nos perfis que ofertarem somente vaga reservada para pessoas com deficiência, sem vagas para ampla concorrência, outros candidatos poderão concorrer a essa vaga, mas terão prioridade no provimento e classificação final os candidatos que se declararam portadores de deficiência aprovados.

9.7. Nos perfis que não ofertarem vagas reservadas para pessoas com deficiência, os candidatos portadores de deficiência poderão se inscrever na condição de cotistas, para a formação de cadastro reserva, conforme previsto na legislação vigente.

9.8. Os candidatos que se declarem portadores de deficiência e que, em qualquer etapa do concurso, obtiverem pontuação suficiente para aprovação nas vagas de ampla concorrência, figurarão em lista específica de pessoas com deficiência classificadas e também na lista de classificados de ampla concorrência.

9.9. Os candidatos que se declarem portadores de deficiência, aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência no perfil, não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas aos portadores de deficiência.

9.10. Na hipótese de não haver candidatos portadores de deficiência inscritos para as vagas reservadas no perfil, ou de não haver número suficiente de candidatos portadores de deficiência aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no perfil, observada a ordem de classificação.

9.11. O candidato que se declarar portador de deficiência, se aprovado no Concurso, ainda que em cadastro de reserva, deverá submeter-se a avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional, que aprovará ou não a sua qualificação como portador de deficiência e avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo/área de atuação e a deficiência do candidato, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 9.508/2018.

9.11.1. Os candidatos deverão comparecer à avaliação biopsicossocial, munidos de laudo médico original que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

9.11.2. O laudo médico apresentado não será devolvido e não serão fornecidas cópias do mesmo.

9.11.3. Com base no resultado desta avaliação, a equipe multiprofissional declarará a compatibilidade ou não da deficiência com a atividade na qual o candidato optou por concorrer, não cabendo recurso desta decisão.

9.12. O procedimento de avaliação biopsicossocial será regido por edital específico, que será publicado antes da homologação do resultado final do Concurso, na página do Observatório Nacional.

9.13. O Observatório Nacional poderá se consorciar com outras Unidades de Pesquisa para centralizar os processos de avaliação biopsicossocial, podendo inclusive delegar esta responsabilidade à empresa eventualmente contratada para operacionalizar o Concurso.

9.14. O candidato que for reprovado na avaliação biopsicossocial perderá o direito às vagas reservadas para pessoas portadoras de deficiência, inclusive em cadastro de reserva.

9.15. O candidato que deixar de comparecer à avaliação biopsicossocial, na data, horário e local estabelecidos, será eliminado do Concurso, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

9.16. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do Concurso, que o candidato apresentou declaração falsa com o intuito de concorrer às vagas reservadas para portadores de deficiência, o mesmo será eliminado do Concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

10. DAS VAGAS RESERVADAS AOS NEGROS

10.1. Do total de vagas para cada cargo previstas neste Edital, e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso, 20% (vinte por cento) está reservada para candidatos pretos ou pardos, nos termos da Lei nº 12.990/2014.

10.2. Os perfis com vagas reservadas para provimento imediato estão discriminados no Anexo I deste Edital.

10.3. Para concorrer a uma destas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preto ou pardo, conforme o quesito "cor ou raça" utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

10.4. A inobservância do disposto no item 10.3 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos negros.

10.5. A pessoa negra que optar, na forma do item 10.3, por concorrer às vagas reservadas no perfil escolhido, concorrerá concomitantemente:

10.5.1. Às vagas destinadas à ampla concorrência no perfil, de acordo com a sua classificação no certame, e

10.5.2. Às vagas reservadas a pessoas com deficiência no perfil, se atender a essa condição.

10.6. Nos perfis que ofertarem somente vaga reservada para pessoas negras, sem vagas para ampla concorrência, outros candidatos poderão concorrer a essa vaga, mas terão prioridade no provimento e classificação final os candidatos autodeclarados negros aprovados.

10.7. Nos perfis que não ofertarem vagas reservadas para pessoas negras, os candidatos negros poderão se inscrever na condição de cotistas, para a formação de cadastro reserva, conforme previsto na legislação vigente.

10.8. Os candidatos autodeclarados negros que, em qualquer etapa do concurso, obtiverem pontuação suficiente para aprovação nas vagas de ampla concorrência, figurarão em lista específica de pessoas negras classificadas e também na lista de classificados de ampla concorrência.



10.9. Os candidatos autodeclarados negros, aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência no perfil, não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas aos negros.

10.10. Na hipótese de não haver candidatos negros inscritos para as vagas reservadas no perfil, ou de não haver número suficiente de candidatos autodeclarados negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no perfil, observada a ordem de classificação.

10.11. O candidato que se autodeclarar negro, se aprovado no Concurso, ainda que em cadastro de reserva, deverá submeter-se a procedimento de heteroidentificação, realizado por comissão nomeada especificamente para tal fim, sendo considerados, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados, obrigatoriamente, com a presença do candidato, nos termos dos arts. 18 e 21 da Instrução Normativa MGI/2023.

10.12. O procedimento de heteroidentificação, bem como o respectivo período recursal e demais informações, serão regidos por edital específico, que será publicado antes da homologação do resultado final do Concurso, na página do Observatório Nacional, em atendimento ao art. 17, da Instrução Normativa MGI nº 23/2023.

10.13. O Observatório Nacional poderá se consorciar com outras Unidades de Pesquisa para centralizar os processos de heteroidentificação, podendo inclusive, em função da melhor conveniência, fazer uso de comissões já existentes no âmbito de Instituições de Ensino Superior, sediadas no Estado do Rio de Janeiro, ou delegar esta responsabilidade à empresa eventualmente contratada para operacionalizar o Concurso.

10.14. O candidato que não tiver a sua autodeclaração confirmada pelo processo de heteroidentificação perderá o direito às vagas reservadas para negros, inclusive em cadastro de reserva.

10.15. O candidato que deixar de comparecer para o procedimento de heteroidentificação, na data, horário e local estabelecidos, ou que recusar a filmagem do processo de heteroidentificação, será eliminado do Concurso, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

10.16. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do Concurso, que o candidato apresentou declaração falsa com o intuito de concorrer às vagas reservadas para negros, o mesmo será eliminado do Concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

11. DO ATENDIMENTO A CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ADAPTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

11.1. O candidato que se declarar portador de deficiência, e que necessitar de adaptações para a realização das provas, deverá indicar, no formulário de inscrição, os recursos especiais necessários para cada etapa do concurso, conforme previsto no item 9.3.

11.1.1. O candidato deverá observar as orientações e restrições de formato e tamanho para o envio de documentação, contidas no formulário de inscrição.

11.1.2. A concessão de tempo diferenciado para realização das provas somente será deferida quando vier acompanhada de parecer ou laudo médico específico, que justifique a necessidade, emitido por equipe multiprofissional ou por profissional especialista na deficiência apresentada pelo candidato.

11.1.3. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora a mais para os candidatos que solicitem tempo adicional para a realização da prova escrita

11.1.4. Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar atendimento especial após o encerramento das inscrições, o candidato deverá enviar o pedido através do e-mail concursos@on.br, dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, junto com a cópia digitalizada do laudo médico específico que justifique o pedido.

11.1.5. É de exclusiva responsabilidade do candidato fornecer o(s) laudo(s) médico(s) específico(s), que terá(ão) validade somente para este Concurso.

11.1.6. O Observatório Nacional não se responsabilizará por documentação não recebida ou recebida de forma incompleta, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.

11.1.7. A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade.

11.1.8. Os serviços de assistência de interpretação por terceiros aos candidatos com deficiência, serão registrados em áudio e vídeo e disponibilizados nos períodos recursais estabelecidos neste Edital.

11.2. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar, no ato da inscrição, atendimento especial para tal fim.

11.2.1. Fica assegurado à mãe o direito de amamentar, em qualquer etapa do Concurso, seu(s) filho(s) que tiver(em) até 6 (seis) meses de idade, cumpridos na data de realização da etapa respectiva. 11.2.2. A prova de idade da(s) criança(s) será feita, no ato da inscrição, mediante declaração da candidata e, durante a realização de cada etapa, mediante apresentação da(s) certidão(ões) de nascimento original(is) do(s) filho(s).

11.2.3. Deferida a solicitação de que trata o item 11.2, a mãe deverá comparecer, no dia das provas, acompanhada de uma pessoa adulta, que será a responsável pela guarda da(s) criança(s) durante o período necessário.

11.2.4. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento das portas, e ficará com a(s) criança(s) em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

11.2.5. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas e por até 30 (trinta) minutos por filho.

11.2.6. A amamentação deverá ser realizada em local distinto do recinto de realização das provas e será acompanhada, a todo momento, por um fiscal.

11.2.7. O tempo total despendido na amamentação, durante a realização da prova, será compensado pelo acréscimo de tempo equivalente na duração fixada para realização da prova.

11.2.8. A candidata que não comparecer com acompanhante adulto não poderá permanecer com a(s) criança(s) no local de realização da prova.

11.3. A pessoa travesti ou transexual que desejar o atendimento pelo Nome Social durante as etapas do Concurso, nos termos do Decreto nº 8.727/2016, deverá solicitá-lo no ato da inscrição, enviando e-mail para concursos@on.br, especificando o mesmo junto com seu Nome Civil e acompanhado, quando houver, de cópia de documento oficial de identificação e/ou cópia do registro do Nome Social.

11.3.1. O Nome Social será utilizado nas comunicações e publicações oficiais somente se o mesmo estiver registrado em documento público de identificação.

11.3.2. O requerimento para tratamento pelo Nome Social será analisado com base nos documentos encaminhados, podendo ou não ser atendido.

12. DAS PROVAS

12.1. O Concurso a que se refere o presente Edital consistirá das etapas e provas especificadas no item 2.2.

12.2. O período previsto para realização das provas, para os diferentes perfis do Concurso, é do dia 29 de abril ao dia 24 de maio de 2024. (item 5.15)

12.3. Todas as etapas e provas serão realizadas na sede do Observatório Nacional, localizado à Rua General José Cristino, nº 77, Bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ.

12.4. As informações sobre as datas das provas, para os diferentes perfis, serão definidas pela Comissão Interna de Concurso e disponibilizadas na página do Observatório Nacional, e publicadas no D.O.U., em até 10 (dez) dias úteis após a divulgação da lista final das inscrições homologadas.

12.5. As provas para os diferentes perfis poderão ser aplicadas em forma simultânea, desde que isto não prejudique os candidatos inscritos para concorrer em mais de um perfil, conforme previsto no item 6.5.

12.6. Durante a realização do Concurso, os candidatos a um mesmo perfil serão chamados para a leitura pública e arguição da prova escrita, e para a defesa pública e arguição do memorial, pela ordem de inscrição.

13. DA PROVA ESCRITA E ARGUIÇÃO ORAL

13.1. A prova escrita será discursiva e versará sobre 2 (dois) temas, escolhidos por sorteio dentre os 5 (cinco) temas relacionados ao perfil da vaga, detalhados no Anexo I

13.2. O sorteio dos temas será realizado 1 (uma) hora antes do início da prova, na presença do presidente da Comissão Examinadora e de todos os candidatos, e será gravado.

13.3. Após o sorteio, e até o horário de início da prova, os candidatos poderão consultar suas anotações e a bibliografia sobre os temas sorteados.

13.4. A prova escrita terá início 1 (uma) hora após o sorteio dos temas, e será realizada em recinto fechado, sob a fiscalização da Comissão Examinadora

13.5. A Comissão Examinadora poderá, ao seu critério, elaborar até 3 (três) perguntas sobre cada um dos temas sorteados, para os candidatos responderem, que serão dadas a conhecer 1 (uma) hora após o sorteio dos temas, antes do início da prova.

13.6. A prova escrita terá duração máxima de 4 (quatro) horas, sem direito a consultas.

13.5.1. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova, qualquer que seja o motivo alegado, com exceção ao disposto nos itens 11.1.3 e 11.2.7 deste Edital.

13.7. Encerrada a prova escrita, e num intervalo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, dar-se-á início à leitura das provas por parte dos candidatos, agrupados por perfil quando couber.

13.8. A leitura de cada prova, seguida da arguição oral por parte dos membros da Comissão Examinadora, será realizada em audiência pública, não sendo permitida a presença dos demais candidatos.

13.8.1. Durante a arguição, cada membro da Comissão Examinadora terá um tempo de até 20 (vinte) minutos para apresentar suas questões, sendo concedido ao candidato igual tempo para resposta.

13.9. A leitura pública e arguição da prova será gravada, em atendimento ao art. 31, do Decreto nº 9.739/2019.

13.10. Finalizadas todas as arguições, e em sessão reservada, os membros da Comissão Examinadora, em forma individual, atribuirão notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada candidato, discriminadas até a segunda casa decimal, apurando em seguida a média resultante, consignando estes julgamentos em cédulas apropriadas, junto ao respectivo parecer, que serão colocados em envelopes rubricados e lacrados.

13.10.1. Os membros da Comissão Organizadora que participarem por videoconferência enviarão suas notas e pareceres por e-mail, em arquivo protegido por senha.

13.11. O candidato será considerado aprovado nesta etapa se obtiver nota igual ou superior a 7,00 (sete inteiros e zero centésimos) da maioria dos membros da Comissão Examinadora.

13.12. O resultado desta etapa será divulgado no local de realização da prova e na página do Observatório Nacional, constando, para cada candidato, apenas a condição de aprovado ou reprovado.

14. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA E ARGUIÇÃO ORAL

14.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar a prova escrita com antecedência mínima de 90 (noventa) minutos do horário previsto para o seu início.

14.2. Será exigida a apresentação de documento oficial de identidade original, com fotografia e assinatura, não sendo aceitas cópias ainda que autenticadas.

14.3. São considerados documentos oficiais de identidade:

14.3.1. Carteira de identidade (RG) emitida por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal.

14.3.2. Documento Nacional de Identificação (DNI).

14.3.3. Carteira Nacional de Habilitação (CNH com foto).

14.3.4. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

14.3.5. Carteira de identidade expedida por Órgão de Classe ou Conselho Fiscalizador de exercício profissional.

14.3.6. Carteira de identidade das Forças Armadas.

14.3.7. Carteira funcional do Ministério Público ou da Magistratura.

14.3.8. Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM ou RNE).

14.3.9. Passaporte ou documento de viagem válido para ingresso no país, no caso de candidatos estrangeiros.

14.3.10. Outros documentos expedidos por órgão público que, por Lei Federal, valem como identidade.

14.4. Poderá ser apresentado documento digital (CNH, RG ou DNI), devendo ser mostrado no aplicativo oficial em que é disponibilizado e não por meio de captura de tela.

14.5. O documento apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

14.6. Não serão aceitos protocolos de tramitação ou quaisquer outros documentos tais como crachás, título de eleitor, carteira de estudante ou carteiras funcionais sem valor de identidade.

14.7. O candidato que estiver impossibilitado de apresentar documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias, e será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas.

14.8. É vedado aos candidatos prestar a prova fora do horário, data e local determinados pela Comissão Interna de Concurso.

14.9. Não será permitida a realização da prova ao candidato que não esteve presente durante o sorteio dos temas.

14.10. Não será permitido o ingresso do candidato ao local de realização da prova escrita após o horário fixado para seu início.

14.11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, e o não comparecimento, qualquer que seja a alegação, acarretará a eliminação automática do candidato.

14.12. Por motivos de segurança, serão adotados os procedimentos a seguir:

14.12.1. Após ser identificado, o candidato não poderá se retirar do recinto de realização da prova escrita sem autorização e, caso autorizado, deverá ser acompanhado por algum dos fiscais presentes, inclusive para fazer uso dos sanitários.

14.12.2. Após finalizar e entregar a prova escrita, o candidato poderá se retirar do recinto, devendo antes assinar a respectiva ata de realização da prova.

14.12.3. Os 3 (três) candidatos que finalizarem a prova por último deverão permanecer no recinto e somente poderão se retirar juntos, após terem assinado a ata.

14.12.4. É vedado o porte e/ou uso de telefones celulares ou de quaisquer outros equipamentos eletrônicos no recinto de realização da prova escrita, devendo os telefones celulares permanecer desligados durante toda a prova, sendo o infrator passível de eliminação do Concurso.

14.12.5. A prova deverá ser escrita exclusivamente com caneta azul ou preta, utilizando-se as folhas providenciadas pela Comissão Examinadora, que estarão rubricadas por, pelo menos, um membro da Comissão.

14.12.6. A prova entregue será acondicionada em envelope individual, que será lacrado e identificado na presença do candidato e só será aberto pela Comissão Examinadora ao momento de realizar-se a leitura pública da prova.

14.13. A Comissão Examinadora poderá requisitar funcionários adicionais para ajudar nas tarefas de fiscalização da prova.

15. DA DEFESA PÚBLICA DE MEMORIAL

15.1. Na prova pública de defesa e arguição de memorial, o candidato fará, durante um período de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, uma apresentação de seus trabalhos progressos e atuais de pesquisa, analisando-os de forma global, procurando salientar o significado das contribuições que considera mais relevantes, e apresentará o(s) projeto(s) futuro(s) de pesquisa que pretende desenvolver no Observatório Nacional.

15.2. Após a apresentação, o candidato será arguido pela Comissão Examinadora sobre a exposição oral e o memorial, podendo, inclusive, abordar criticamente a obra do candidato, que terá direito de defesa.



15.2.1. Durante a arguição, cada membro da Comissão Examinadora terá um tempo de até 20 (vinte) minutos para apresentar suas questões, sendo concedido ao candidato igual tempo para resposta.

15.3. A defesa e a arguição de memorial de cada candidato serão públicas, não sendo permitida a presença dos demais candidatos.

15.4. A prova pública de defesa de memorial será gravada, em atendimento ao art. 31, do Decreto nº 9.739/2019.

15.5. Finalizadas todas as arguições, e em sessão reservada, os membros da Comissão Examinadora, em forma individual, atribuirão notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada candidato, discriminadas até a segunda casa decimal, apurando em seguida a média resultante, consignando estes julgamentos em cédulas apropriadas, junto ao respectivo parecer, que serão colocados em envelopes rubricados e lacrados.

15.5.1. Os membros da Comissão Organizadora que participarem por videoconferência enviarão suas notas e pareceres por e-mail, em arquivo protegido por senha.

15.6. O candidato será considerado aprovado nesta etapa se obtiver nota igual ou superior a 7,00 (sete inteiros e zero centésimos) da maioria dos membros da Comissão Examinadora.

15.7. O resultado desta etapa será divulgado no local de realização da prova e na página do Observatório Nacional, constando, para cada candidato, apenas a condição de aprovado ou reprovado.

16. DA ANÁLISE E APRECIÇÃO DOS TÍTULOS E CURRÍCULO

16.1. Na análise e apreciação de títulos e currículo, cada membro da Comissão Examinadora disporá de prazo não superior a 5 (cinco) dias corridos, antes do início das provas, para apreciar os títulos e sobre eles emitir parecer criticamente formulado.

16.2. Cada membro da Comissão atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) para cada candidato, discriminada até a segunda casa decimal, e consolidará os resultados de seu julgamento, que serão acondicionados em envelopes individuais, rubricados e lacrados.

16.2.1. Os membros da Comissão Organizadora que participarem por videoconferência enviarão suas notas e julgamentos por e-mail, em arquivo protegido por senha.

16.3. Na análise e apreciação dos títulos serão considerados os seguintes quesitos e notas máximas respectivas:

Item	Pesquisador Adjunto	Nota máxima
1	Artigos publicados ou aceitos, em periódicos internacionais indexados, em que o candidato apareça entre os 5 (cinco) primeiros autores.	5,0
2	Artigos publicados ou aceitos, em periódicos internacionais indexados, em que o candidato apareça após os 5 (cinco) primeiros autores.	1,0
3	Autoria, edição ou organização de livros técnicos ou científicos, publicados por editoras com comitê editorial.	0,5
4	Autoria de capítulos de livros, publicados por editoras com comitê editorial.	0,2
5	Apresentações orais de trabalhos científicos em conferências internacionais ou conferências plenárias nacionais.	0,2
6	Cursos ministrados em programas de pós-graduação nas áreas do concurso ou afins, com carga horária mínima de 30 horas.	0,5
7	Orientações de pós-graduação concluídas.	1,0
8	Orientações de pós-graduação em andamento.	0,2
9	Orientações de iniciação científica ou trabalho de conclusão de curso concluídas.	0,2
10	Coordenação de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico ou inovação aprovados por agências de fomento.	1,0
11	Participação como membro titular em comissões examinadoras de doutorado, mestrado, qualificação de doutorado e/ou trabalho de conclusão de curso.	0,2

17. DA COMISSÃO EXAMINADORA

17.1. Para efeitos deste Concurso, haverá 5 (cinco) Comissões Examinadoras, sendo:

17.1.1. Uma para os perfis P1 e P2.

17.1.2. Uma para os perfis P3 e P4.

17.1.3. Uma para os perfis P5 e P6.

17.1.4. Uma para os perfis P7 e P8.

17.1.5. Uma para o perfil P9.

17.2. Cada Comissão Examinadora será constituída por 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes, todos profissionais de alta qualificação nas áreas objeto do Concurso, ou em áreas correlatas, sendo pelo menos 3 (três) membros titulares externos ao Observatório Nacional.

17.3. Será permitida a presença em forma remota, através de videoconferência, de até 3 (três) membros externos da Comissão Examinadora, devendo ser providenciada a gravação da transmissão.

17.4. Os membros das Comissões Examinadoras serão indicados pela Comissão Interna de Concurso, em estrita observância ao art. 9º, da Resolução nº 2/1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia.

17.5. Na indicação dos membros das Comissões Examinadoras, deverão ser considerados potenciais conflitos de interesse com os candidatos a serem avaliados, em particular:

17.5.1. Ser ou ter sido orientador de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, mestrado, doutorado ou pós-doutorado do candidato.

17.5.2. Ser ou ter sido chefe imediato do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos.

17.5.3. Ser membro de grupo de pesquisa, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, do qual o candidato participe.

17.5.4. Ser ou ter sido co-autor com o candidato de trabalho científico completo publicado em periódico, anais de evento ou livro, exceto quando se tratar de artigos de grandes colaborações que não evidenciem uma colaboração estreita entre o membro da Comissão e o candidato.

17.5.5. Ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com o candidato.

17.6. A composição das Comissões Examinadoras e os dias de sua instalação para o início dos certames serão divulgados na página do Observatório Nacional e publicados no D.O.U., até 15 (quinze) dias úteis antes da data da realização das provas.

17.7. Uma vez oficializada a composição das Comissões Examinadoras, é facultado aos candidatos inscritos apresentar impugnação de qualquer um dos membros, por impedimentos legais, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da data da divulgação.

17.8. O pedido de impugnação deverá ser dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, por escrito, através do e-mail concursos@on.br, que, julgando-o procedente, solicitará que a Comissão Interna de Concurso indique novo(s) membro(s) para compor a Comissão Examinadora.

17.9. Caberá ao profissional da classe mais elevada e/ou de maior tempo no serviço público federal exercer a presidência da Comissão Examinadora.

18. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

18.1. A apuração das notas para habilitação dos candidatos obedecerá às seguintes normas:

18.1.1. A nota final, atribuída por cada examinador a cada candidato, será obtida pela média ponderada das notas de 0 (zero) a 10 (dez) das provas dos itens 13, 15 e 16, atribuindo os seguintes pesos, considerando apuração numérica até a segunda casa decimal:

Cargo/Classe	Prova escrita e arguição oral	Defesa pública de memorial	Análise e apreciação de títulos e currículo
Pesquisador Adjunto	30%	50%	20%

18.1.2. Serão considerados habilitados os candidatos que alcançarem, da maioria dos membros da Comissão Examinadora, a nota mínima 7,00 (sete inteiros e zero centésimos).

18.2. A cada candidato lhe será atribuída uma nota final global, obtida pela média aritmética das notas finais atribuídas ao candidato pelos examinadores, considerando apuração numérica até a segunda casa decimal.

18.3. Em caso de empate na nota final global entre candidatos, terá preferência o candidato que, nesta ordem:

18.3.1. Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição no Concurso, conforme o art. 27, parágrafo único da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), não se aplicando este critério aos demais candidatos.

18.3.2. Obtiver a maior nota, apurada pela média aritmética das notas de cada examinador, na defesa pública de memorial.

18.3.3. Obtiver a maior nota na prova escrita e arguição oral.

18.3.4. Obtiver a maior nota na análise e apreciação dos títulos e currículo.

18.3.5. Tiver a maior idade.

18.4. As notas auferidas pelos candidatos nas diferentes etapas do certame e a nota final global serão dadas a conhecer em sessão pública e divulgadas na página do Observatório Nacional.

18.5. A classificação dos candidatos habilitados, tanto na lista de ampla concorrência quanto na lista de pessoas negras e na lista de pessoas com deficiência, será pela ordem decrescente de suas respectivas notas finais globais.

18.6. Haverá quantitativo máximo de candidatos aprovados, de acordo com o número de vagas disponibilizado em cada perfil e com o especificado no item 3.9 deste Edital.

18.6.1. O quantitativo máximo de aprovados prevê a reserva de 20% para candidatos negros e de 5% para candidatos com deficiência, sendo o quantitativo remanescente destinado à ampla concorrência, exceto nas vagas reservadas aos negros e às pessoas com deficiência.

18.6.2. Os candidatos habilitados que, pela ordem de classificação, excedam o quantitativo máximo de aprovados, ficarão automaticamente reprovados, nos termos do art. 39 do Decreto nº 9.739/2019.

18.7. Nas vagas de ampla concorrência, a ordem de classificação, até o quantitativo máximo de aprovados considerado neste Edital para cadastro de reserva, será a seguinte:

Ordem de classificação	Candidato aprovado
1º	1º classificado na lista de ampla concorrência
2º	2º classificado na lista de ampla concorrência
3º	1º classificado na lista de negros
4º	3º classificado na lista de ampla concorrência
5º	1º classificado na lista de pessoas com deficiência
6º	4º classificado na lista de ampla concorrência
7º	5º classificado na lista de ampla concorrência
8º	2º classificado na lista de negros
9º	6º classificado na lista de ampla concorrência
10º	7º classificado na lista de ampla concorrência
11º	8º classificado na lista de ampla concorrência

18.8. A ordem de classificação do item 18.7 deverá observar o disposto nos itens 9.9 e 10.9 deste Edital, sendo sempre o 3º e 8º postos ocupados por pessoas negras, e o 5º posto por pessoas com deficiência, caso existam entre os candidatos aprovados.

18.9. O relatório da Comissão Examinadora será submetido ao Diretor do ON, que decidirá sobre os casos omissos e divulgará o resultado final do certame.

18.10. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado final do certame, dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, através do e-mail concursos@on.br, dentro de um prazo não superior a 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado.

18.11. Findo o prazo para análise e resposta dos recursos, e observado o número existente de vagas, o Diretor do Observatório Nacional publicará a homologação do resultado final no D.O.U., e encaminhará ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a relação dos candidatos aprovados no certame.

18.12. A nomeação dos candidatos aprovados dar-se-á por meio de ato da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, obedecendo à ordem de classificação, observada a legislação que trata sobre políticas de reserva de vagas em concursos públicos.

19. DOS RECURSOS

19.1. Os recursos que venham a ser interpostos pelos candidatos deverão ser dirigidos ao Diretor do ON, que os apreciará em última instância no âmbito da Unidade de Pesquisa

19.2. Os recursos deverão ser apresentados por escrito, pelo interessado, exclusivamente através do e-mail concursos@on.br.

19.3. O Observatório Nacional não se responsabilizará por pedidos de recurso não recebidos, recebidos de forma incompleta ou fora do prazo, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.

19.4. Os recursos referentes ao pedido de isenção da taxa de inscrição deverão ser apresentados em até 1 (um) dia útil, contado a partir da divulgação do indeferimento.

19.5. Os recursos referentes à inscrição deverão ser apresentados em até 3 (três) dias úteis contados a partir da divulgação da lista preliminar dos candidatos com inscrição homologada no certame.

19.6. Os recursos referentes à composição das Comissões Examinadoras deverão ser apresentados em até 3 (três) dias úteis após a divulgação da composição das Comissões no D.O.U..

19.7. Os recursos referentes às provas e ao julgamento das Comissões Examinadoras deverão ser apresentados em até 3 (três) dias úteis após a divulgação do resultado final do Concurso no D.O.U..

19.8. Não caberá recurso contra as decisões das Comissões Examinadoras referentes à avaliação de mérito dos candidatos.

19.9. Será considerado recurso de nulidade do Concurso somente mediante a comprovação de fatos e irregularidades graves ocorridas no processo de avaliação final, formulado num prazo não superior a 3 (três) dias úteis após a publicação do resultado final do Concurso no D.O.U., dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, que, julgando-o procedente, o encaminhará à Comissão Interna de Concurso para deliberação.

19.10. O candidato poderá apresentar parecer de assistente técnico para subsidiar seu recurso.

20. DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO

20.1. O prazo e condições de validade do Concurso encontram-se especificados no item 1.4 deste Edital.

21. DA NOMEAÇÃO

21.1. A classificação no Concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no cargo, mas apenas a expectativa de ser nele provido, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência do Observatório Nacional.

21.2. A nomeação dos candidatos aprovados, ainda que exclusivamente em cadastro de reserva e durante o prazo de validade do Concurso, respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, sendo considerada a relação entre o número total de vagas, inclusive as que surgirem posteriormente, e o número de vagas reservadas a pessoas com deficiência e a pessoas negras.

21.3. A nomeação do candidato cujo nome conste na relação de homologação do resultado final do Concurso, classificado dentro do quantitativo máximo de aprovados, conforme estabelecido neste Edital, obedecerá à estrita ordem de classificação, e deverá ser publicada no D.O.U..

21.4. O candidato nomeado que não se apresentar para a posse do cargo no prazo legal de 30 (trinta) dias, perderá o direito à vaga, conforme previsto no art. 13, § 6º da Lei nº 8.112/1990.



21.5. Havendo desistência do candidato antes da nomeação, ou o não cumprimento, por parte do candidato classificado, das exigências legais dentro dos prazos estipulados pelo Regime Jurídico Único, ou dos requisitos para investidura no cargo previstos neste Edital, ou ainda, havendo exoneração do candidato após a sua nomeação no cargo, dentro do prazo de validade deste Concurso, será convocado o candidato com a classificação subsequente, dentro do mesmo perfil, observado o limite de candidatos aprovados estabelecido neste Edital.

22. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

22.1. Qualquer cidadão poderá impugnar, fundamentadamente, este Edital, nos prazos estipulados no cronograma (item 5.2).

22.2. Para requerer a impugnação, o impugnante deverá encaminhar o pedido ao Diretor do Observatório Nacional através do e-mail concursos@on.br.

22.3. O impugnante deverá, necessariamente, indicar o item/subitem do Edital que será objeto de sua impugnação.

22.4. Os pedidos de impugnação serão julgados pelo Diretor do Observatório Nacional, não cabendo recurso administrativo da decisão.

22.5. Impugnações referentes às retificações deste Edital, quando e se houver, deverão ser realizadas no prazo de 2 (dois) dias corridos, contados da data de publicação da retificação, através do e-mail concursos@on.br, devendo indicar:

22.5.1. No assunto do e-mail "Impugnação contra o Edital nº 01/2023".

22.5.2. O item/subitem objeto de impugnação.

22.5.3. Argumentação fundamentada.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Para efeitos do cumprimento de prazos, considerar-se-á sempre às 23h59m da data aprazada, salvo quando indicado explicitamente.

23.2. O candidato aprovado e classificado no Concurso deverá manter seus dados cadastrais e de contato atualizados junto ao Serviço de Recursos Humanos do Observatório Nacional, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato os eventuais prejuízos decorrentes da não atualização dessa informação.

23.3. As despesas decorrentes da participação em todas as fases e procedimentos do Concurso, inclusive as referentes à transferência de domicílio para posse de cargo, correrão por conta do candidato, que não terá direito a ressarcimento de despesas de qualquer natureza.

23.4. Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativos à classificação ou notas do candidato, valendo para tal fim os resultados publicados no D.O.U..

23.5. Não serão fornecidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativas às notas de candidato reprovado.

23.6. A documentação apresentada pelo candidato no ato da inscrição no Concurso, bem como à referente à análise e apreciação dos títulos, não será devolvida e permanecerá arquivada no Serviço de Recursos Humanos do Observatório Nacional, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação da homologação do resultado final do Concurso.

23.7. O candidato, ao efetuar sua inscrição no Concurso, autoriza de forma explícita que o ON disponha de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, exclusivamente de forma a possibilitar a efetiva execução do certame, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

23.8. O Concurso não será interrompido em caso de falha técnica na página do Observatório Nacional ou no endereço de e-mail do certame.

23.9. A qualquer tempo, poderá haver anulação da inscrição, das provas, da nomeação e/ou da posse do candidato, quando verificada a falsidade em qualquer declaração, documento e/ou irregularidade e/ou utilização de meios ilícitos durante a realização das provas, observado o devido processo legal.

23.10. Em todas as etapas do Concurso, a equipe de aplicação das provas, bem como os candidatos, deverão seguir as diretrizes definidas pelo Observatório Nacional para evitar a transmissão da COVID-19, que estarão disponíveis para consulta na página do Observatório Nacional.

23.10.1. Será automaticamente eliminado do certame, o candidato que durante as etapas do Concurso, descumprir as medidas de proteção estabelecidas.

23.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Observatório Nacional, ouvida a Comissão Interna de Concurso.

23.12. Quaisquer alterações nas regras fixadas no presente Edital poderão ser feitas somente por meio de Edital de Retificação.

JAILSON SOUZA DE ALCANIZ ANEXO I

PERFIS DOS CARGOS EM CONCURSO

PERFIL: P1.

Cargo: Pesquisador.

Classe/Padrão: Adjunto I.

Área de atuação: Ciências Planetárias.

Número de vagas para ampla concorrência: 2 (duas).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Coordenação de Astronomia e Astrofísica.

Formação exigida: Doutorado em Astronomia, Física ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Doutor conforme a formação exigida e ter realizado pesquisas relevantes na área de atuação do perfil.

Descrição sumária das atribuições: Realizar pesquisas na área de atuação do cargo em concurso e contribuir na formação de recursos humanos no Programa de Pós-graduação em Astronomia do Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

1. Formação e evolução dinâmica de sistemas planetários.
2. Propriedades físicas de pequenos corpos do Sistema Solar.
3. Atmosferas e superfícies planetárias.
4. Satélites e anéis planetários.
5. Técnicas de observação em ciências planetárias.

PERFIL: P2.

Cargo: Pesquisador.

Classe/Padrão: Adjunto I.

Área de atuação: Astrofísica Estelar e Galáctica.

Número de vagas para ampla concorrência: 1 (uma).

Número de vagas para pessoas negras: 1 (uma).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Coordenação de Astronomia e Astrofísica.

Formação exigida: Doutorado em Astronomia, Física ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Doutor conforme a formação exigida e ter realizado pesquisas relevantes na área de atuação do perfil.

Descrição sumária das atribuições: Realizar pesquisas na área de atuação do cargo em concurso e contribuir na formação de recursos humanos no Programa de Pós-graduação em Astronomia do Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

1. Evolução de estrelas de baixa massa, incluindo seus estágios finais.
2. Evolução de estrelas de alta massa, incluindo seus estágios finais.
3. Evolução de sistemas estelares binários.
4. Conexão estrelas-exoplanetas.
5. Arqueologia galáctica.

PERFIL: P3.

Cargo: Pesquisador.

Classe/Padrão: Adjunto I.

Área de atuação: Astrofísica Extragaláctica, evolução de galáxias e sistemas de galáxias em ambientes e redshifts diversos.

Número de vagas para ampla concorrência: 2 (duas).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Coordenação de Astronomia e Astrofísica.

Formação exigida: Doutorado em Astronomia, Física ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Doutor conforme a formação exigida e ter realizado pesquisas relevantes na área de atuação do perfil.

Descrição sumária das atribuições: Realizar pesquisas na área de atuação do cargo em concurso e contribuir na formação de recursos humanos no Programa de Pós-graduação em Astronomia do Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

1. Lentes gravitacionais fracas e fortes. Aplicações extragalácticas para aglomerados e grupos de galáxias. Magnificação e o universo em $z > 7$. Matéria escura em galáxias, grupos e aglomerados de galáxias.

2. Evolução de galáxias em baixo ou alto redshifts, em ambientes de densidades variadas, conexão AGN-ambiente, síntese de populações. Efeito Gunn-Peterson.

3. Formação e evolução de aglomerados e grupos de galáxias. Fenomenologias observadas no meio intra-aglomerado. Observações da matéria escura em aglomerados de galáxias. Métodos observacionais de determinação do estágio dinâmico de aglomerados de galáxias (relaxados ou em colisão).

4. Enriquecimento de elementos pesados no Universo pós-recombinação, observações e hipóteses para sua explicação. Bárions faltantes no universo local, observações e modelos para sua origem.

5. Telescópios espaciais em funcionamento usados para astronomia extragaláctica, comparação relativa dos seus pontos fracos e fortes. Levantamento celestes de terra atuais e no futuro próximo, comparação relativa dos seus pontos fortes e fracos.

PERFIL: P4.

Cargo: Pesquisador.

Classe/Padrão: Adjunto I.

Área de atuação: Cosmologia e Astropartículas

Número de vagas para ampla concorrência: 1 (uma).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 1 (uma).

Lotação: Coordenação de Astronomia e Astrofísica.

Formação exigida: Doutorado em Astronomia, Física ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Doutor conforme a formação exigida e ter realizado pesquisas relevantes na área de atuação do perfil.

Descrição sumária das atribuições: Realizar pesquisas na área de atuação do cargo em concurso e contribuir na formação de recursos humanos no Programa de Pós-graduação em Astronomia do Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

1. Tensões observacionais no modelo cosmológico padrão

2. Busca direta e indireta por matéria escura

3. Mecanismos de aceleração cósmica: aspectos físicos e observacionais

4. Cosmologia de 21 cm

5. Inflação primordial

PERFIL: P5.

Cargo: Pesquisador.

Classe/Padrão: Adjunto I.

Área de atuação: Geofísica Aplicada.

Número de vagas para ampla concorrência: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas negras: 1 (uma). Outros candidatos poderão se inscrever para concorrer a esta vaga, mas a prioridade no provimento será dos candidatos negros aprovados.

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Coordenação de Geofísica.

Formação exigida: Doutorado em Geofísica, Física ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Doutor conforme a formação exigida e ter realizado pesquisas relevantes na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Realizar atividades relativas a estudos locais e regionais da crosta terrestre por meio da aplicação e/ou desenvolvimento de métodos de processamento, e/ou interpretação de dados geotérmicos, magnéticos e/ou gravimétricos, com aplicações na prospecção de recursos hídricos, minerais e/ou de óleo e gás, bem como o estudo de bacias sedimentares e busca por fontes de energia limpa. Formar recursos humanos especializados, realizar pesquisa veiculada em revistas científicas de alto impacto, que sejam relevantes na área de geofísica aplicada, com ênfase no uso de dados magnéticos, gravimétricos e/ou geotérmicos, visando a caracterização local ou regional do campo geomagnético, de gravidade ou geotérmico, avaliação de aquíferos, definição da forma e/ou distribuição das propriedades físicas de corpos geológicos e/ou feições estruturais associadas a alvos exploratórios, determinação do relevo do embasamento sob bacias sedimentares, estimativa da superfície de Curie e/ou da Moho, bem como a integração de dados geofísicos, entre outras atividades que venham a ser demandadas pelo Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

1. O método gravimétrico: fundamentos e aplicações.

2. O método sísmico: fundamentos e aplicações.

3. O método magnético: fundamentos e aplicações.

4. Integração de dados geofísicos aplicados à exploração mineral e hidrocarbonetos.

5. Integração de dados geofísicos aplicados ao meio ambiente e transição energética.

PERFIL: P6.

Cargo: Pesquisador.

Classe/Padrão: Adjunto I.

Área de atuação: Geofísica Computacional.

Número de vagas para ampla concorrência: 1 (uma).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Coordenação de Geofísica.

Formação exigida: Doutorado em Geofísica, Física, Ciências da Computação ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Doutor conforme a formação exigida e ter realizado pesquisas relevantes na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Realizar atividades relativas ao desenvolvimento de métodos numéricos para modelagem, simulação, processamento e inversão de dados geofísicos, com aplicações em geofísica de exploração (exemplo, prospecção mineral, de petróleo e gás) e/ou geofísica da Terra sólida (exemplo, estudo da estrutura, composição e dinâmica da Terra). Realizar pesquisa relevante na área de geofísica computacional, com ênfase em processamento de sinais, mineração de dados, aprendizado de máquina, estatística, redes neurais e inteligência artificial, veiculada em revistas científicas de alto impacto. Formar recursos humanos especializados, entre outras atividades que venham a ser demandadas pelo Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

1. Modelagem numérica de fenômenos geofísicos e métodos de inversão em geofísica computacional.

2. Análise de dados geofísicos utilizando técnicas computacionais.

3. Processamento de sinais, mineração de dados, aprendizado de máquina, estatística, redes neurais e inteligência artificial.

4. Métodos numéricos para modelagem, simulação, processamento e inversão de dados geofísicos, com aplicações em geofísica de exploração (prospecção mineral, de petróleo e gás, e meio ambiente) e/ou Geofísica da Terra sólida.

5. Superfícies equipotenciais; problema inverso em gravimetria e em magnetometria.

PERFIL: P7.

Cargo: Pesquisador.

Classe/Padrão: Adjunto I.

Área de atuação: Métodos Eletromagnéticos e Métodos Elétricos aplicados.

Número de vagas para ampla concorrência: 1 (uma).



Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).
 Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).
 Lotação: Coordenação de Geofísica.
 Formação exigida: Doutorado em Geofísica, Física ou área afim.
 Pré-requisitos: Ter o título de Doutor conforme a formação exigida e ter realizado pesquisas relevantes na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Realizar atividades relativas a projetos de pesquisa básica e aplicada, empregando os métodos elétricos e magnetotélúricos, demonstrando capacidade de integrar dados geofísicos diversos. Demonstrar capacidade de coordenar projetos acadêmicos e de pesquisa, desenvolvimento e inovação apoiados pela indústria, relacionados a bens minerais e energéticos, transição energética, e meio ambiente. Formar recursos humanos no Programa de Pós-Graduação em Geofísica do Observatório Nacional. Realizar pesquisa relevante na área de atuação, veiculada em revistas científicas de alto impacto, entre outras atividades que venham a ser demandadas pelo Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

- Métodos de resistividade, polarização induzida e potencial espontâneo: fundamentos teóricos e aplicações geológicas.
- Método magnetotélúrico: fundamentos teóricos e aplicações geológicas.
- Métodos eletromagnéticos no domínio do tempo e da frequência, e radar de penetração de solo (GPR): fundamentos teóricos e aplicações geológicas.
- Método magnetotélúrico/audiomagnetotélúrico com fonte controlada: fundamentos teóricos e aplicações geológicas.
- Condutividade elétrica das rochas: mecanismos de condução, estruturas condutivas da crosta continental e oceânica e do manto.

PERFIL: P8.
 Cargo: Pesquisador.
 Classe/Padrão: Adjunto I.
 Área de atuação: Paleomagnetismo, Mineralogia Magnética e Geomagnetismo.

Número de vagas para ampla concorrência: 1 (uma).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Coordenação de Geofísica.

Formação exigida: Doutorado em Geofísica, Física ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Doutor conforme a formação exigida e ter realizado pesquisas relevantes na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Realizar atividades relativas à área de Geomagnetismo, Paleomagnetismo e Magnetismo de Rochas, conduzindo pesquisas em Geomagnetismo, Paleomagnetismo, magnetoestratigrafia e/ou análise de mineralogia magnética através de métodos como: curvas termomagnéticas, FORC, curvas de histerese, curvas de aquisição de magnetização remanente isotérmica, e/ou outras técnicas de caracterização de mineralogia magnética. Realizar estudos do Campo Magnético interno e externo da Terra: origem, modelos e representações, variação secular, anomalias, fontes, variação diurna, tempestades magnéticas, micro pulsações, eletrojato equatorial, utilizando instrumentação geomagnética e observatórios magnéticos. Formar recursos humanos em nível de pós-graduação. Captar recursos junto a agências de fomento à pesquisa e setor produtivo. Manter publicações com regularidade em periódicos indexados de nível internacional, entre outras atividades que venham a ser demandadas pelo Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

- Campo magnético interno e externo da Terra: origem, modelos e representações, variações no tempo e no espaço.
- Instrumentação geomagnética e observatórios magnéticos: monitoramento e análise dos dados geomagnéticos.
- Fundamentos do paleomagnetismo: princípio físico e aplicações, variações secular e paleo-secular do campo geomagnético, reversões e excursões do campo geomagnético, o espectro geomagnético.
- Métodos e técnicas em mineralogia magnética e magnetismo ambiental: princípios e aplicações.
- Aplicações geocronológicas do paleomagnetismo e magnetismo de rochas.

PERFIL: P9.

Cargo: Pesquisador.

Classe/Padrão: Adjunto I.

Área de atuação: Sismologia.

Número de vagas para ampla concorrência: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas negras: 1 (uma). Outros candidatos poderão se inscrever para concorrer a esta vaga, mas a prioridade no provimento será dos candidatos negros aprovados.

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Coordenação de Geofísica.

Formação exigida: Doutorado em Geofísica, Física ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Doutor conforme a formação exigida e ter realizado pesquisas relevantes na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Atuar na coordenação das atividades do Observatório Nacional no projeto estratégico Rede Sismográfica Brasileira - RSBR (www.rsbr.on.br) e de sua expansão para o mar, sendo responsável por garantir o funcionamento contínuo das estações sismográficas a cargo do Observatório Nacional, da manutenção e atualização do sistema de gerenciamento em tempo real da Rede Sismográfica Brasileira e do seu portal. Atuar em conjunto com as demais sub-redes que compõem a RSBR, para resolver questões técnicas e atender às demandas da sociedade brasileira. Realizar pesquisa relevante na área de sismologia, veiculada em revistas científicas de alto impacto. Formar recursos humanos especializados, propor e coordenar projetos científicos acadêmicos e de pesquisa, desenvolvimento e inovação com a indústria, entre outras atividades que venham a ser demandadas pelo Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

- Ondas sísmicas, tipos e sua caracterização, propagação de ondas elásticas no interior da Terra.
- Sismologia e a estrutura interna da Terra: conceitos e aplicações.
- Sismicidade da Terra, terremotos e mecanismos focais.
- Redes sismográficas permanentes e temporárias e suas aplicações para o estudo do interior da Terra.
- Tomografia sísmica de ruído e de frequência finita e suas aplicações.

EDITAL Nº 2, DE 9 DE OUTUBRO DE 2023

CONCURSO PÚBLICO ON/MCTI

O Diretor do Observatório Nacional, Unidade de Pesquisa pertencente à estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo em vista a Portaria GM/MGI nº 1.369, de 6 de abril de 2023, da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. do dia 10 subsequente, e a Portaria MCTI nº 7.227, de 12 de julho de 2023, da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, publicada no D.O.U. do dia 13 subsequente, alterada pela Portaria MCTI nº 7.298, de 3 de agosto de 2023, publicada no D.O.U. do dia 4 subsequente, pela Portaria MCTI nº 7.477, de 22 de setembro de 2023, publicada no D.O.U. do dia 25 subsequente, e pela Portaria MCTI nº 7.519, de 6 de outubro de 2023, publicada no D.O.U. do dia 9 subsequente, torna pública a realização de CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS para provimento efetivo de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de TECNOLOGISTA, da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico, de acordo com o disposto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos e eventuais retificações posteriores, e promovido pelo Observatório Nacional.

1.2. O Concurso será realizado em conformidade com a legislação vigente, em particular:

1.2.1. A Constituição Federal de 1988.

1.2.2. As Leis Federais nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; nº 8.691, de 28 de julho de 1993; nº 9.515, de 20 de novembro de 1997; nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; nº 12.990, de 9 de junho de 2014; nº 13.146, de 6 de julho de 2015; nº 13.656, de 30 de abril de 2018; nº 13.872, de 17 de setembro de 2019.

1.2.3. Os Decretos do Poder Executivo nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; nº 6.593, de 2 de outubro de 2008; nº 8.727, de 28 de abril de 2016; nº 9.094, de 17 de julho de 2017; nº 9.508, de 24 de setembro de 2018; nº 9.739, de 28 de março de 2019; nº 11.016, de 29 de março de 2022.

1.2.4. A Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023.

1.2.5. A Portaria GM/MGI nº 1.369, de 6 de abril de 2023; a Portaria ON/MCTI, nº 201 de 30 de agosto de 2023.

1.2.6. A Resolução nº 2, de 23 de novembro de 1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia.

1.3. O Concurso visa o preenchimento de vagas para cargos da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico, conforme quadro a seguir:

Cargo	Vagas			
	Ampla concorrência	Pessoas com Deficiência (5%)	Negros (20%)	Total
Tecnologista	6	1	2	9

1.3.1. Das vagas ofertadas, e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão reservadas a pessoas com deficiência, providas na forma do art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, e do art. 1º do Decreto nº 9.508/2018, e suas alterações.

1.3.2. Das vagas ofertadas, e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 20% (vinte por cento) serão reservadas aos que concorrerem a cotas para negros, com base no art. 1º da Lei nº 12.990/2014.

1.4. O prazo de validade do Concurso será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final no D.O.U., podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, com base no art. 43, § 1º, do Decreto nº 9.739/2019.

1.5. O Concurso será organizado, operacionalizado e supervisionado pela Comissão Interna de Concurso do Observatório Nacional, designada pela Portaria ON/MCTI nº 194, de 3 de julho de 2023, publicada no Boletim de Comunicação Interna do ON nº 07 Extra, do dia 13 subsequente.

1.5.1. A organização e operacionalização do Concurso poderá ser delegada, em parte ou em todo, a empresa pública ou privada, contratada pelo Observatório Nacional para tal fim, conforme previsto na legislação.

1.6. Todas as informações relativas ao Concurso objeto deste Edital poderão ser obtidas junto ao Serviço de Recursos Humanos do Observatório Nacional, através do e-mail concursos@on.br.

1.6.1. As consultas serão atendidas e respondidas somente em dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 16h.

1.7. As informações sobre o Concurso e o cronograma previsto, bem como suas alterações, estarão disponíveis no sítio eletrônico <https://www.gov.br/observatorio/pt-br/assuntos/concursos>, doravante referido apenas como "página do Observatório Nacional".

1.8. Será de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção de informações referentes ao Concurso, em particular, às retificações do Edital, ao acompanhamento dos prazos e às possíveis atualizações dos cronogramas, inclusive quanto às datas e horários de realização das provas.

1.9. Para todos os fins deste Concurso, será observado o horário local de Brasília.

1.10. A inscrição no Concurso implicará, por parte do candidato, a concordância plena e integral com os termos deste Edital, seus Anexos e eventuais retificações posteriores, e com a legislação vigente.

1.11. Antes de realizar a inscrição no Concurso, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a concorrência.

2. DO CONCURSO

2.1. O presente Concurso destina-se ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Tecnologista, do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, regulado pela Lei nº 8.691/1993, em diferentes classes e áreas de atuação, de acordo com os perfis especificados no Anexo I deste Edital.

2.2. O Concurso será realizado sob a responsabilidade do Observatório Nacional e compreenderá as seguintes Etapas:

2.2.1. Etapa 1: Prova escrita e arguição oral, sobre um ou mais temas da área de atuação específica da vaga em concurso, de caráter eliminatório e classificatório.

2.2.2. Etapa 2: Defesa pública de memorial, de caráter eliminatório e classificatório.

2.2.3. Etapa 3: Análise e apreciação de títulos e currículo, de caráter exclusivamente classificatório.

2.3. O acompanhamento e fiscalização do certame estará a cargo da Comissão Interna de Concurso referida no item 1.5 deste Edital.

2.4. Todas as etapas deste Concurso serão realizadas na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

2.5. A homologação do resultado final deste Concurso poderá se dar por perfis, separadamente, ou pelo conjunto de cargos disponibilizados neste Edital, a critério do Observatório Nacional.

3. DAS VAGAS

3.1. O Concurso visa ao provimento de 9 (nove) vagas para o cargo de Tecnologista, conforme discriminado no item 1.3 e no Anexo I.

3.2. O ingresso no cargo dar-se-á sempre no padrão inicial da respectiva classe.

3.3. O Regime Jurídico no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário, conforme dispõe a Lei 8.112/1990.

3.4. O regime de trabalho para todas as classes é de 40 (quarenta) horas semanais

3.5. A formação mínima exigida e os pré-requisitos para concorrer em cada perfil encontram-se especificados no Anexo I.

3.6. As atribuições do cargo, para os diferentes perfis, e o respectivo órgão de lotação encontram-se especificados no Anexo I.

3.6.1. Sem prejuízo das atribuições do cargo, o servidor poderá ser convocado para exercer atividades de fiscalização de contratos de prestação de serviços, e participar em comissões de processos disciplinares, de acordo com a legislação vigente, bem como participar em comissões acadêmicas e administrativas internas da instituição, quando requerido no interesse do Observatório Nacional.

3.7. O quantitativo de vagas disponibilizado para provimento imediato contempla a reserva de vagas para candidatos negros, em percentual de 20%, e para candidatos portadores de deficiência, em percentual de 5%, conforme discriminado no item 1.3.

3.8. As vagas de provimento imediato, reservadas a candidatos negros e pessoas com deficiência, foram atribuídas aos diferentes perfis do Concurso, discriminados no Anexo I, de acordo com o disposto pela Portaria ON/MCTI nº 201, de 30 de agosto de 2023, publicada no D.O.U. do dia 31 subsequente, tendo como base a Nota Técnica nº 62/2023, da Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas, da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo, do Ministério da Igualdade Racial.

3.8.1. As vagas reservadas foram distribuídas por sorteio realizado em sessão pública no dia 4 de setembro de 2023, cuja gravação se encontra disponível no canal de YouTube do Observatório Nacional, e cuja ata consta registrada no processo SEI/MCTI nº 01210.000203/2023-98.

3.9. Haverá quantitativo máximo de candidatos aprovados, em cada perfil, bem como número máximo de vagas para cadastro de reserva, de acordo com o estipulado pelo Anexo III do Decreto nº 9.739/2019, conforme quadro a seguir:



Vagas para provimento imediato	Número máximo de candidatos aprovados	Número máximo de vagas para cadastro de reserva
1 (uma)	6 (seis)	5 (cinco)

3.9.1. Os candidatos aprovados que, pela ordem de classificação, excedam o número máximo de aprovados aqui estabelecido, ficarão automaticamente reprovados.

3.10. A remuneração bruta, em R\$, correspondente ao cargo e classes concursadas, conforme a Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023, é a seguinte:

Cargo	Classe e Padrão	Vencimento básico	Adicional por titulação			Gratificação de desempenho Até
			Com especialização	Com mestrado	Com doutorado	
Tecnologista	Pleno 2 I	6.710,29	1.290,76	2.512,70	5.412,57	2.152,00
	Pleno 1 I	5.913,57	1.131,38	2.203,59	4.746,56	1.974,00

4. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

4.1. Ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, seus Anexos e eventuais retificações.

4.2. Ter nacionalidade brasileira, ou estrangeira conforme prevê a Lei nº 9.515/1997.

4.2.1. Se brasileiro, gozar dos direitos políticos e estar em dia com as obrigações eleitorais, e com as obrigações do Serviço Militar se do sexo masculino.

4.2.2. Se estrangeiro, obter autorização de residência nos termos da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

4.3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse do cargo.

4.4. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo/perfil, comprovada através de exame médico admissional, realizado por junta médica do Observatório Nacional ou por ele designada.

4.5. Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, nos termos do disposto no art. 137, da Lei nº 8.112/1990.

4.6. Não acumular cargos, empregos e funções públicas, mesmo com proventos de inatividade, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção dentro do prazo previsto no art. 13, § 1º, da Lei 8.112/1990 para a posse do cargo.

4.7. Obedecer às exigências das atribuições do cargo, em conformidade com a Lei nº 8.691/1993 e com o disposto neste Edital.

4.8. Não se encontrar cumprindo penalidade administrativa ou criminal impeditiva do exercício de cargo público federal.

4.9. Apresentar, na data da convocação para a posse, as certidões e diplomas originais que comprovem a titulação e a experiência requeridas para o respectivo perfil, conforme indicado no Anexo I.

4.9.1. As certidões ou diplomas deverão corresponder a cursos de nível superior reconhecidos pelo Ministério da Educação, e deverão estar devidamente registrados.

4.9.2. Certidões ou diplomas concedidos por instituição estrangeira somente serão aceitos quando acompanhados da respectiva revalidação por instituição brasileira, devidamente credenciada para este fim, conforme o art. 48, §§ 2º e 3º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

4.10. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse, se solicitados pelo Observatório Nacional.

4.11. Para todos os requisitos que requeriram de comprovação documental deverá ser apresentado o documento original acompanhado de fotocópia simples, sendo passível de desclassificação o candidato que não os apresentar.

5. DO CRONOGRAMA

Cronograma previsto	Data
5.1. Lançamento do Edital	10/10/2023
5.2. Prazo para impugnação do Edital (item 22)	De 11/10/2023 até 15/12/2023
5.3. Período de recepção de inscrições (item 6.1)	De 18/12/2023 até 08/03/2024
5.4. Período para requerer isenção da taxa de inscrição (itens 6.2.7 e 8.2)	De 18/12/2023 até 08/03/2024
5.5. Divulgação da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição (item 8.4)	10/03/2024
5.6. Prazo para interposição de recurso ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição (item 8.5)	11/03/2024
5.7. Resultado da análise dos recursos ao indeferimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição (item 8.6)	13/03/2024
5.8. Prazo para envio do comprovante de pagamento da taxa de inscrição (item 7.3)	15/03/2024
5.9. Divulgação do resultado preliminar das inscrições homologadas (item 6.9)	19/03/2024
5.10. Prazo para interposição de recurso ao indeferimento da inscrição (item 6.10)	22/03/2024
5.11. Divulgação do resultado final das inscrições homologadas (item 6.11)	27/03/2024
5.12. Divulgação das datas e horários das provas (item 12.4)	10/04/2024
5.13. Divulgação da composição das comissões examinadoras (item 17.6)	10/04/2024
5.14. Prazo para impugnação das comissões examinadoras (item 17.7)	15/04/2024
5.15. Período previsto para realização das provas (item 12.2)	De 29/04/2024 até 24/05/2024

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. A inscrição no presente Concurso deverá ser efetuada desde o dia 18 de dezembro de 2023 até as 23h59m do dia 8 de março de 2024 (item 5.3), exclusivamente através do formulário disponível na página do Observatório Nacional, não sendo aceitos outros meios de inscrição.

6.2. Para se inscrever, o candidato deverá preencher todos os campos do formulário, indicando:

6.2.1. O perfil e área de atuação, dentre os elencados no Anexo I, para o qual deseja concorrer.

6.2.1.1. Caso o candidato concorra às vagas do perfil T4, deverá indicar também a área de atuação específica na qual deseja concorrer, dentre as 2 (duas) previstas no perfil.

6.2.2. Se se declara pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas para estes candidatos, ou para concorrer como cotista (vide item 9).

6.2.3. Se se autodeclara pessoa negra para concorrer às vagas reservadas para estes candidatos, ou para concorrer como cotista (vide item 10).

6.2.4. Se precisará de condições especiais para realização das diferentes etapas do concurso, caso se declare pessoa com deficiência (vide item 11).

6.2.5. Se precisará amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das diferentes etapas do concurso, caso seja mãe lactante (vide item 11).

6.2.6. Se solicita o atendimento pelo nome social durante as etapas do Concurso (vide item 11).

6.2.7. Se solicita isenção da taxa de inscrição no Concurso, com base na Lei nº 13.656/2018 (vide item 8).

6.2.8. Os nomes e endereços de e-mail de 2 (dois) especialistas, não pertencentes ao quadro do Observatório Nacional, de instituições brasileiras ou estrangeiras, que possam fornecer avaliações sobre os trabalhos do candidato, as quais poderão servir de subsídios para a análise e apreciação de seus títulos.

6.3. O candidato deverá anexar, no próprio formulário de inscrição, os seguintes documentos, somente em formato PDF, com tamanho individual igual ou menor que 5 MB:

6.3.1. Memorial circunstanciado, contendo a relação dos títulos e trabalhos do candidato, acompanhado de uma análise sumária desses trabalhos, feita pelo próprio candidato, situando o seu significado e a contribuição que representam.

6.3.2. Curriculum Vitae.

6.3.3. Cópia simples dos documentos que comprovem todos os itens relacionados no memorial de atividades e no currículo, com especial atenção aos quesitos elencados no item 16.3 deste Edital. No caso de publicações, é suficiente a(s) cópia da(s) página(s) onde figurem os dados de autoria e publicação.

6.3.4. Cópia de documento de identidade, com foto e legível.

6.3.5. Cópia dos documentos adicionais exigidos no caso de candidatos portadores de deficiência, mães lactantes, ou candidatos que solicitaram isenção da taxa de inscrição, conforme previsto neste Edital.

6.4. Para efetivar a inscrição no Concurso, o candidato deverá realizar o pagamento da Taxa de Inscrição correspondente (vide item 7).

6.5. O candidato que desejar concorrer em mais de um perfil, deverá realizar inscrições separadas, pagando, em cada caso, a respectiva taxa de inscrição e encaminhando, com cada inscrição, toda a documentação exigida.

6.6. O candidato é inteiramente responsável pelas informações prestadas, bem como pela exatidão da documentação apresentada no ato da inscrição.

6.7. O Observatório Nacional não se responsabilizará por inscrições ou documentos não recebidos, recebidos de forma incompleta ou fora do prazo, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.

6.8. No caso em que o número de candidatos oficialmente inscritos num perfil for igual ou inferior ao número de vagas disponíveis no perfil, o prazo de inscrição poderá ser prorrogado, uma única vez, por um período mínimo de 10 (dez) dias úteis.

6.9. Após verificar o cumprimento, por parte dos candidatos, dos requisitos para inscrição no certame, e num prazo não superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir do término do período de inscrição, a Comissão Interna de Concurso divulgará, na página do Observatório Nacional, a lista preliminar dos candidatos cujas inscrições no certame foram homologadas.

6.10. No caso de indeferimento do pedido de inscrição, caberá interposição de recurso do candidato, dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, através do e-mail concursos@on.br, dentro de um prazo não superior a 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado do indeferimento.

6.11. Findo o prazo para análise dos recursos, a Comissão Interna de Concurso divulgará, na página do Observatório Nacional e no D.O.U., a relação final dos candidatos cuja inscrição no certame foi homologada.

7. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1. Para efetivar a inscrição no Concurso, o candidato deverá realizar o pagamento da Taxa de Inscrição, pelo valor correspondente à classe do perfil pretendido, conforme detalhado a seguir:

Cargo/Classe	Valor
Tecnologista Pleno 2	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
Tecnologista Pleno 1	R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)

7.2. A taxa de inscrição deverá ser recolhida através da Guia de Recolhimento da União - GRU Simples, preenchida com os seguintes códigos:

7.2.1. Unidade Gestora (UG): 240126

7.2.2. Gestão: 00001

7.2.3. Nome da Unidade: OBSERVATÓRIO NACIONAL

7.2.4. Código de Recolhimento: 28883-7 - TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO

7.2.5. A GRU poderá ser preenchida e impressa no link http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp, sendo pagável somente no Banco do Brasil.

7.3. O candidato deverá enviar para o e-mail concursos@on.br, até as 23h59m do dia 15 de março de 2024 (item 5.8), a cópia do comprovante da GRU paga.

7.4. A inobservância do disposto no item 7.3, bem como o preenchimento errado da GRU, acarretarão o indeferimento automático da inscrição.

7.5. O Observatório Nacional não se responsabilizará por comprovantes não recebidos ou recebidos de forma incompleta, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.

7.6. O valor da taxa de inscrição pago não será devolvido caso o candidato desista posteriormente de fazer o Concurso, ou não consiga realizar o Concurso, qualquer que seja o motivo alegado, com exceção dos casos previstos na legislação.

8. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

8.1. Somente poderá solicitar isenção da taxa de inscrição o candidato que pertença a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), ou que for doador de medula óssea, conforme previsto na Lei nº 13.656/2018.

8.2. A isenção deverá ser requerida explicitamente no ato da inscrição, acompanhada da devida comprovação da condição que motiva o pedido.

8.2.1. O candidato que pertença a família inscrita no CadÚnico deverá comprovar esta condição informando, no formulário de inscrição, o Número de Identificação Social (NIS) correspondente.

8.2.2. O candidato que for doador de medula óssea deverá comprovar esta condição anexando, no formulário de inscrição, uma cópia da Declaração de Doador emitida pelo Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME).

8.3. A inobservância do disposto no item 8.2 acarretará a perda do direito à isenção da taxa de inscrição.

8.4. A Comissão Interna de Concurso divulgará, num prazo não superior a 2 (dois) dias corridos após o encerramento das inscrições, na página do Observatório Nacional, a decisão sobre o deferimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição.

8.5. No caso de indeferimento do pedido de isenção, caberá interposição de recurso do candidato, dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, através do e-mail concursos@on.br, dentro do prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da divulgação do indeferimento.

8.6. Findo o prazo para análise do recurso, e sendo mantido o indeferimento, o candidato poderá regularizar a sua inscrição efetuando o pagamento da taxa de inscrição e apresentando o respectivo comprovante, até a data especificada no item 7.3.

8.7. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do Concurso, que o candidato prestou informação falsa com o intuito de usufruir da isenção da taxa de inscrição, o mesmo será eliminado do Concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

9. DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

9.1. Do total de vagas, para o cargo de Tecnologista, previstas neste Edital, e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso, 5% (cinco por cento) está reservada para pessoas portadoras de deficiência, nos termos do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, do art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, do art. 4º, do Decreto nº 3.298/1999, e do Decreto nº 9.508/2018.

9.2. Os perfis com vagas reservadas para provimento imediato estão discriminados no Anexo I deste Edital.

9.3. Para concorrer a uma destas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição:

9.3.1. Declarar-se portador de deficiência.

9.3.2. Anexar, no formulário de inscrição, cópia de laudo médico original, emitido nos últimos 6 (seis) meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID).

9.3.3. Informar a necessidade de tratamento diferenciado para os dias de realização das provas, especificando as condições requeridas para tal (vide item 11).

9.4. A inobservância do disposto no item 9.3 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

9.5. A pessoa com deficiência que optar, na forma do item 9.3, por concorrer às vagas reservadas no perfil escolhido, concorrerá concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência no perfil, de acordo com a sua classificação no certame.

9.6. Nos perfis que ofertarem somente vaga reservada para pessoas com deficiência, sem vagas para ampla concorrência, outros candidatos poderão concorrer a essa vaga, mas terão prioridade no provimento e classificação final os candidatos que se declararam portadores de deficiência aprovados.

9.7. Nos perfis que não ofertarem vagas reservadas para pessoas com deficiência, os candidatos portadores de deficiência poderão se inscrever na condição de cotistas, para a formação de cadastro reserva, conforme previsto na legislação vigente.

9.8. Os candidatos que se declarem portadores de deficiência e que, em qualquer etapa do concurso, obtiverem pontuação suficiente para aprovação nas vagas de ampla concorrência, figurarão em lista específica de pessoas com deficiência classificadas e também na lista de classificados de ampla concorrência.

9.9. Os candidatos que se declarem portadores de deficiência, aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência no perfil, não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas aos portadores de deficiência.

9.10. Na hipótese de não haver candidatos portadores de deficiência inscritos para as vagas reservadas no perfil, ou de não haver número suficiente de candidatos portadores de deficiência aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no perfil, observada a ordem de classificação.

9.11. O candidato que se declarar portador de deficiência, se aprovado no Concurso, ainda que em cadastro de reserva, deverá submeter-se a avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional, que aprovará ou não a sua qualificação como portador de deficiência e avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo/área de atuação e a deficiência do candidato, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 9.508/2018.

9.11.1. Os candidatos deverão comparecer à avaliação biopsicossocial, munidos de laudo médico original que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

9.11.2. O laudo médico apresentado não será devolvido e não serão fornecidas cópias do mesmo.

9.11.3. Com base no resultado desta avaliação, a equipe multiprofissional declarará a compatibilidade ou não da deficiência com a atividade na qual o candidato optou por concorrer, não cabendo recurso desta decisão.

9.12. O procedimento de avaliação biopsicossocial será regido por edital específico, que será publicado antes da homologação do resultado final do Concurso, na página do Observatório Nacional.

9.13. O Observatório Nacional poderá se consorciar com outras Unidades de Pesquisa para centralizar os processos de avaliação biopsicossocial, podendo inclusive delegar esta responsabilidade à empresa eventualmente contratada para operacionalizar o Concurso.

9.14. O candidato que for reprovado na avaliação biopsicossocial perderá o direito às vagas reservadas para pessoas portadoras de deficiência, inclusive em cadastro de reserva.

9.15. O candidato que deixar de comparecer à avaliação biopsicossocial, na data, horário e local estabelecidos, será eliminado do Concurso, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

9.16. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do Concurso, que o candidato apresentou declaração falsa com o intuito de concorrer às vagas reservadas para portadores de deficiência, o mesmo será eliminado do Concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

10. DAS VAGAS RESERVADAS AOS NEGROS

10.1. Do total de vagas para cada cargo previstas neste Edital, e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso, 20% (vinte por cento) está reservada para candidatos pretos ou pardos, nos termos da Lei nº 12.990/2014.

10.2. Os perfis com vagas reservadas para provimento imediato estão discriminados no Anexo I deste Edital.

10.3. Para concorrer a uma destas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preto ou pardo, conforme o quesito "cor ou raça" utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

10.4. A inobservância do disposto no item 10.3 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos negros.

10.5. A pessoa negra que optar, na forma do item 10.3, por concorrer às vagas reservadas no perfil escolhido, concorrerá concomitantemente:

10.5.1. Às vagas destinadas à ampla concorrência no perfil, de acordo com a sua classificação no certame, e

10.5.2. Às vagas reservadas a pessoas com deficiência no perfil, se atender a essa condição.

10.6. Nos perfis que ofertarem somente vaga reservada para pessoas negras, sem vagas para ampla concorrência, outros candidatos poderão concorrer a essa vaga, mas terão prioridade no provimento e classificação final os candidatos autodeclarados negros aprovados.

10.7. Nos perfis que não ofertarem vagas reservadas para pessoas negras, os candidatos negros poderão se inscrever na condição de cotistas, para a formação de cadastro reserva, conforme previsto na legislação vigente.

10.8. Os candidatos autodeclarados negros que, em qualquer etapa do concurso, obtiverem pontuação suficiente para aprovação nas vagas de ampla concorrência, figurarão em lista específica de pessoas negras classificadas e também na lista de classificados de ampla concorrência.

10.9. Os candidatos autodeclarados negros, aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência no perfil, não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas aos negros.

10.10. Na hipótese de não haver candidatos negros inscritos para as vagas reservadas no perfil, ou de não haver número suficiente de candidatos autodeclarados negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no perfil, observada a ordem de classificação.

10.11. O candidato que se autodeclarar negro, se aprovado no Concurso, ainda que em cadastro de reserva, deverá submeter-se a procedimento de heteroidentificação, realizado por comissão nomeada especificamente para tal fim, sendo considerados, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados, obrigatoriamente, com a presença do candidato, nos termos dos arts. 18 e 21 da Instrução Normativa MGI/2023.

10.12. O procedimento de heteroidentificação, bem como o respectivo período recursal e demais informações, serão regidos por edital específico, que será publicado antes da homologação do resultado final do Concurso, na página do Observatório Nacional, em atendimento ao art. 17, da Instrução Normativa MGI nº 23/2023.

10.13. O Observatório Nacional poderá se consorciar com outras Unidades de Pesquisa para centralizar os processos de heteroidentificação, podendo inclusive, em função da melhor conveniência, fazer uso de comissões já existentes no âmbito de Instituições de Ensino Superior, sediadas no Estado do Rio de Janeiro, ou delegar esta responsabilidade à empresa eventualmente contratada para operacionalizar o Concurso.

10.14. O candidato que não tiver a sua autodeclaração confirmada pelo processo de heteroidentificação perderá o direito às vagas reservadas para negros, inclusive em cadastro de reserva.

10.15. O candidato que deixar de comparecer para o procedimento de heteroidentificação, na data, horário e local estabelecidos, ou que recusar a filmagem do processo de heteroidentificação, será eliminado do Concurso, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

10.16. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do Concurso, que o candidato apresentou declaração falsa com o intuito de concorrer às vagas reservadas para negros, o mesmo será eliminado do Concurso e, se houver sido

nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

11. DO ATENDIMENTO A CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ADAPTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

11.1. O candidato que se declarar portador de deficiência, e que necessitar de adaptações para a realização das provas, deverá indicar, no formulário de inscrição, os recursos especiais necessários para cada etapa do concurso, conforme previsto no item 9.3.

11.1.1. O candidato deverá observar as orientações e restrições de formato e tamanho para o envio de documentação, contidas no formulário de inscrição.

11.1.2. A concessão de tempo diferenciado para realização das provas somente será deferida quando vier acompanhada de parecer ou laudo médico específico, que justifique a necessidade, emitido por equipe multiprofissional ou por profissional especialista na deficiência apresentada pelo candidato.

11.1.3. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora a mais para os candidatos que solicitem tempo adicional para a realização da prova escrita

11.1.4. Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar atendimento especial após o encerramento das inscrições, o candidato deverá enviar o pedido através do e-mail concursos@on.br, dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, junto com a cópia digitalizada do laudo médico específico que justifique o pedido.

11.1.5. É de exclusiva responsabilidade do candidato fornecer o(s) laudo(s) médico(s) específico(s), que terá(ão) validade somente para este Concurso.

11.1.6. O Observatório Nacional não se responsabilizará por documentação não recebida ou recebida de forma incompleta, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.

11.1.7. A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade.

11.1.8. Os serviços de assistência de interpretação por terceiros aos candidatos com deficiência, serão registrados em áudio e vídeo e disponibilizados nos períodos recursais estabelecidos neste Edital.

11.2. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar, no ato da inscrição, atendimento especial para tal fim.

11.2.1. Fica assegurado à mãe o direito de amamentar, em qualquer etapa do Concurso, seu(s) filho(s) que tiver(em) até 6 (seis) meses de idade, cumpridos na data de realização da etapa respectiva. 11.2.2. A prova de idade da(s) criança(s) será feita, no ato da inscrição, mediante declaração da candidata e, durante a realização de cada etapa, mediante apresentação da(s) certidão(ões) de nascimento original(is) do(s) filho(s).

11.2.3. Deferida a solicitação de que trata o item 11.2, a mãe deverá comparecer, no dia das provas, acompanhada de uma pessoa adulta, que será a responsável pela guarda da(s) criança(s) durante o período necessário.

11.2.4. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento das portas, e ficará com a(s) criança(s) em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

11.2.5. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas e por até 30 (trinta) minutos por filho.

11.2.6. A amamentação deverá ser realizada em local distinto do recinto de realização das provas e será acompanhada, a todo momento, por um fiscal.

11.2.7. O tempo total despendido na amamentação, durante a realização da prova, será compensado pelo acréscimo de tempo equivalente na duração fixada para realização da prova.

11.2.8. A candidata que não comparecer com acompanhante adulto não poderá permanecer com a(s) criança(s) no local de realização da prova.

11.3. A pessoa travesti ou transexual que desejar o atendimento pelo Nome Social durante as etapas do Concurso, nos termos do Decreto nº 8.727/2016, deverá solicitá-lo no ato da inscrição, enviando e-mail para concursos@on.br, especificando o mesmo junto com seu Nome Civil e acompanhado, quando houver, de cópia de documento oficial de identificação e/ou cópia do registro do Nome Social.

11.3.1. O Nome Social será utilizado nas comunicações e publicações oficiais somente se o mesmo estiver registrado em documento público de identificação.

11.3.2. O requerimento para tratamento pelo Nome Social será analisado com base nos documentos encaminhados, podendo ou não ser atendido.

12. DAS PROVAS

12.1. O Concurso a que se refere o presente Edital consistirá das etapas e provas especificadas no item 2.2.

12.2. O período previsto para realização das provas, para os diferentes perfis do Concurso, é do dia 29 de abril ao dia 24 de maio de 2024. (item 5.15)

12.3. Todas as etapas e provas serão realizadas na sede do Observatório Nacional, localizado à Rua General José Cristino, nº 77, Bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ.

12.4. As informações sobre as datas das provas, para os diferentes perfis, serão definidas pela Comissão Interna de Concurso e disponibilizadas na página do Observatório Nacional, e publicadas no D.O.U., em até 10 (dez) dias úteis após a divulgação da lista final das inscrições homologadas.

12.5. As provas para os diferentes perfis poderão ser aplicadas em forma simultânea, desde que isto não prejudique os candidatos inscritos para concorrer em mais de um perfil, conforme previsto no item 6.5.

12.6. Durante a realização do Concurso, os candidatos a um mesmo perfil serão chamados para a leitura pública e arguição da prova escrita, e para a defesa pública e arguição do memorial, pela ordem de inscrição.

13. DA PROVA ESCRITA E ARGUIÇÃO ORAL

13.1. A prova escrita será discursiva e versará sobre 2 (dois) temas, escolhidos por sorteio dentre os 5 (cinco) temas relacionados ao perfil da vaga, detalhados no Anexo I

13.2. O sorteio dos temas será realizado 1 (uma) hora antes do início da prova, na presença do presidente da Comissão Examinadora e de todos os candidatos, e será gravado.

13.2.1. Para o Perfil T4 serão sorteados 2 (dois) temas de cada uma das 2 (duas) áreas de atuação previstas no perfil.

13.3. Após o sorteio, e até o horário de início da prova, os candidatos poderão consultar suas anotações e a bibliografia sobre os temas sorteados.

13.4. A prova escrita terá início 1 (uma) hora após o sorteio dos temas, e será realizada em recinto fechado, sob a fiscalização da Comissão Examinadora

13.5. A Comissão Examinadora poderá, ao seu critério, elaborar até 3 (três) perguntas sobre cada um dos temas sorteados, para os candidatos responderem, que serão dadas a conhecer 1 (uma) hora após o sorteio dos temas, antes do início da prova.

13.6. A prova escrita terá duração máxima de 4 (quatro) horas, sem direito a consultas.

13.5.1. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova, qualquer que seja o motivo alegado, com exceção ao disposto nos itens 11.1.3 e 11.2.7 deste Edital.

13.7. Encerrada a prova escrita, e num intervalo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, dar-se-á início à leitura das provas por parte dos candidatos, agrupados por perfil quando couber.

13.8. A leitura de cada prova, seguida da arguição oral por parte dos membros da Comissão Examinadora, será realizada em audiência pública, não sendo permitida a presença dos demais candidatos.

13.8.1. Durante a arguição, cada membro da Comissão Examinadora terá um tempo de até 20 (vinte) minutos para apresentar suas questões, sendo concedido ao candidato igual tempo para resposta.

13.9. A leitura pública e arguição da prova será gravada, em atendimento ao art. 31, do Decreto nº 9.739/2019.



13.10. Finalizadas todas as arguições, e em sessão reservada, os membros da Comissão Examinadora, em forma individual, atribuirão notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada candidato, discriminadas até a segunda casa decimal, apurando em seguida a média resultante, consignando estes julgamentos em cédulas apropriadas, junto ao respectivo parecer, que serão colocados em envelopes rubricados e lacrados.

13.10.1. Os membros da Comissão Organizadora que participarem por videoconferência enviarão suas notas e pareceres por e-mail, em arquivo protegido por senha.

13.11. O candidato será considerado aprovado nesta etapa se obtiver nota igual ou superior a 7,00 (sete inteiros e zero centésimos) da maioria dos membros da Comissão Examinadora.

13.12. O resultado desta etapa será divulgado no local de realização da prova e na página do Observatório Nacional, constando, para cada candidato, apenas a condição de aprovado ou reprovado.

14. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA E ARGUIÇÃO ORAL

14.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar a prova escrita com antecedência mínima de 90 (noventa) minutos do horário previsto para o seu início.

14.2. Será exigida a apresentação de documento oficial de identidade original, com fotografia e assinatura, não sendo aceitas cópias ainda que autenticadas.

14.3. São considerados documentos oficiais de identidade:

14.3.1. Carteira de identidade (RG) emitida por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal.

14.3.2. Documento Nacional de Identificação (DNI).

14.3.3. Carteira Nacional de Habilitação (CNH com foto).

14.3.4. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

14.3.5. Carteira de identidade expedida por Órgão de Classe ou Conselho Fiscalizador de exercício profissional.

14.3.6. Carteira de identidade das Forças Armadas.

14.3.7. Carteira funcional do Ministério Público ou da Magistratura.

14.3.8. Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM ou RNE).

14.3.9. Passaporte ou documento de viagem válido para ingresso no país, no caso de candidatos estrangeiros.

14.3.10. Outros documentos expedidos por órgão público que, por Lei Federal, valem como identidade.

14.4. Poderá ser apresentado documento digital (CNH, RG ou DNI), devendo ser mostrado no aplicativo oficial em que é disponibilizado e não por meio de captura de tela.

14.5. O documento apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

14.6. Não serão aceitos protocolos de tramitação ou quaisquer outros documentos tais como crachás, título de eleitor, carteira de estudante ou carteiras funcionais sem valor de identidade.

14.7. O candidato que estiver impossibilitado de apresentar documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias, e será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas.

14.8. É vedado aos candidatos prestar a prova fora do horário, data e local determinados pela Comissão Interna de Concurso.

14.9. Não será permitida a realização da prova ao candidato que não esteve presente durante o sorteio dos temas.

14.10. Não será permitido o ingresso do candidato ao local de realização da prova escrita após o horário fixado para seu início.

14.11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, e o não comparecimento, qualquer que seja a alegação, acarretará a eliminação automática do candidato.

14.12. Por motivos de segurança, serão adotados os procedimentos a seguir:

14.12.1. Após ser identificado, o candidato não poderá se retirar do recinto de realização da prova escrita sem autorização e, caso autorizado, deverá ser acompanhado por algum dos fiscais presentes, inclusive para fazer uso dos sanitários.

14.12.2. Após finalizar e entregar a prova escrita, o candidato poderá se retirar do recinto, devendo antes assinar a respectiva ata de realização da prova.

14.12.3. Os 3 (três) candidatos que finalizarem a prova por último deverão permanecer no recinto e somente poderão se retirar juntos, após terem assinado a ata.

14.12.4. É vedado o porte e/ou uso de telefones celulares ou de quaisquer outros equipamentos eletrônicos no recinto de realização da prova escrita, devendo os telefones celulares permanecer desligados durante toda a prova, sendo o infrator passível de eliminação do Concurso.

14.12.5. A prova deverá ser escrita exclusivamente com caneta azul ou preta, utilizando-se as folhas providenciadas pela Comissão Examinadora, que estarão rubricadas por, pelo menos, um membro da Comissão.

14.12.6. A prova entregue será acondicionada em envelope individual, que será lacrado e identificado na presença do candidato e só será aberto pela Comissão Examinadora ao momento de realizar-se a leitura pública da prova.

14.13. A Comissão Examinadora poderá requisitar funcionários adicionais para ajudar nas tarefas de fiscalização da prova.

15. DA DEFESA PÚBLICA DE MEMORIAL

15.1. Na prova pública de defesa e arguição de memorial, o candidato fará, durante um período de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, uma apresentação de seus trabalhos pregressos e atuais de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, analisando-os de forma global, procurando salienta o significado das contribuições que considera mais relevantes.

15.2. Após a apresentação, o candidato será arguido pela Comissão Examinadora sobre a exposição oral e o memorial, podendo, inclusive, aborlar criticamente a obra do candidato, que terá direito de defesa.

15.2.1. Durante a arguição, cada membro da Comissão Examinadora terá um tempo de até 20 (vinte) minutos para apresentar suas questões, sendo concedido ao candidato igual tempo para resposta.

15.3. A defesa e a arguição de memorial de cada candidato serão públicas, não sendo permitida a presença dos demais candidatos.

15.4. A prova pública de defesa de memorial será gravada, em atendimento ao art. 31, do Decreto nº 9.739/2019.

15.5. Finalizadas todas as arguições, e em sessão reservada, os membros da Comissão Examinadora, em forma individual, atribuirão notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada candidato, discriminadas até a segunda casa decimal, apurando em seguida a média resultante, consignando estes julgamentos em cédulas apropriadas, junto ao respectivo parecer, que serão colocados em envelopes rubricados e lacrados.

15.5.1. Os membros da Comissão Organizadora que participarem por videoconferência enviarão suas notas e pareceres por e-mail, em arquivo protegido por senha.

15.6. O candidato será considerado aprovado nesta etapa se obtiver nota igual ou superior a 7,00 (sete inteiros e zero centésimos) da maioria dos membros da Comissão Examinadora.

15.7. O resultado desta etapa será divulgado no local de realização da prova e na página do Observatório Nacional, constando, para cada candidato, apenas a condição de aprovado ou reprovado.

16. DA ANÁLISE E Apreciação DOS TÍTULOS E CURRÍCULO

16.1. Na análise e apreciação de títulos e currículo, cada membro da Comissão Examinadora disporá de prazo não superior a 5 (cinco) dias corridos, antes do início das provas, para apreciar os títulos e sobre eles emitir parecer criticamente formulado.

16.2. Cada membro da Comissão atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) para cada candidato, discriminada até a segunda casa decimal, e consolidará os resultados de seu julgamento, que serão acondicionados em envelopes individuais, rubricados e lacrados.

16.2.1. Os membros da Comissão Organizadora que participarem por videoconferência enviarão suas notas e julgamentos por e-mail, em arquivo protegido por senha.

16.3. Na análise e apreciação dos títulos serão considerados os seguintes quesitos e notas máximas respectivas:

Item	Tecnologista Pleno 1 e 2	Nota máxima
1	Artigos científicos ou técnicos, publicados ou aceitos em periódicos nacionais ou internacionais indexados.	2,0
2	Autoria, edição ou organização de livros científicos ou técnicos, publicados por editoras com comitê editorial.	0,5
3	Autoria de capítulos de livros científicos ou técnicos, publicados por editoras com comitê editorial.	0,5
4	Patentes, modelos de utilidade, marcas ou softwares registrados nas áreas de atuação do perfil ou afins.	1,5
5	Relatórios técnicos, laudos ou certificados técnicos emitidos nas áreas de atuação do perfil ou afins.	1,0
6	Desenvolvimento de processos, técnicas ou software sem registro nas áreas de atuação do perfil ou afins.	1,0
7	Apresentação de trabalhos científicos e tecnológicos em congressos.	0,5
8	Cursos de especialização, com carga horária mínima de 40 horas, nas áreas de atuação do perfil ou afins.	1,0
9	Orientação de pós-graduação concluída.	1,0
10	Orientação de iniciação científica ou TCC concluída.	0,5
11	Participação como membro titular em comissões examinadoras de trabalhos de graduação e pós-graduação.	0,5

17. DA COMISSÃO EXAMINADORA

17.1. Para efeitos deste Concurso, haverá 6 (seis) Comissões Examinadoras, sendo:

17.1.1. Uma para o perfil T1.

17.1.2. Uma para os perfis T2 e T3.

17.1.3. Uma para o perfil T4.

17.1.4. Uma para o perfil T5.

17.1.5. Uma para os perfis T6 e T7.

17.1.6. Uma para os perfis T8 e T9.

17.2. Cada Comissão Examinadora será constituída por 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes, todos profissionais de alta qualificação nas áreas objeto do Concurso, ou em áreas correlatas, sendo pelo menos 3 (três) membros titulares externos ao Observatório Nacional.

17.3. Será permitida a presença em forma remota, através de videoconferência, de até 3 (três) membros externos da Comissão Examinadora, devendo ser providenciada a gravação da transmissão.

17.4. Os membros das Comissões Examinadoras serão indicados pela Comissão Interna de Concurso, em estrita observância ao art. 9º, da Resolução nº 2/1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia.

17.5. Na indicação dos membros das Comissões Examinadoras, deverão ser considerados potenciais conflitos de interesse com os candidatos a serem avaliados, em particular:

17.5.1. Ser ou ter sido orientador de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, mestrado, doutorado ou pós-doutorado do candidato.

17.5.2. Ser ou ter sido chefe imediato do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos.

17.5.3. Ser membro de grupo de pesquisa, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, do qual o candidato participe.

17.5.4. Ser ou ter sido co-autor com o candidato de trabalho científico completo publicado em periódico, anais de evento ou livro, exceto quando se tratar de artigos de grandes colaborações que não evidenciem uma colaboração estreita entre o membro da Comissão e o candidato.

17.5.5. Ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com o candidato.

17.6. A composição das Comissões Examinadoras e os dias de sua instalação para o início dos certames serão divulgados na página do Observatório Nacional e publicados no D.O.U., até 15 (quinze) dias úteis antes da data da realização das provas.

17.7. Uma vez oficializada a composição das Comissões Examinadoras, é facultado aos candidatos inscritos apresentar impugnação de qualquer um dos membros, por impedimentos legais, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da data da divulgação.

17.8. O pedido de impugnação deverá ser dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, por escrito, através do e-mail concursos@on.br, que, julgando-o procedente, solicitará que a Comissão Interna de Concurso indique novo(s) membro(s) para compor a Comissão Examinadora.

17.9. Caberá ao profissional da classe mais elevada e/ou de maior tempo no serviço público federal exercer a presidência da Comissão Examinadora.

18. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

18.1. A apuração das notas para habilitação dos candidatos obedecerá às seguintes normas:

18.1.1. A nota final, atribuída por cada examinador a cada candidato, será obtida pela média ponderada das notas de 0 (zero) a 10 (dez) das provas dos itens 13, 15 e 16, atribuindo os seguintes pesos, considerando apuração numérica até a segunda casa decimal:

Cargo/Classe	Prova escrita e arguição oral	Defesa pública de memorial	Análise e apreciação de títulos e currículo
Tecnologista Pleno 1 e 2	40%	40%	20%

18.1.2. Serão considerados habilitados os candidatos que alcançarem, da maioria dos membros da Comissão Examinadora, a nota mínima 7,00 (sete inteiros e zero centésimos).

18.2. A cada candidato lhe será atribuída uma nota final global, obtida pela média aritmética das notas finais atribuídas ao candidato pelos examinadores, considerando apuração numérica até a segunda casa decimal.

18.3. Em caso de empate na nota final global entre candidatos, terá preferência o candidato que, nesta ordem:

18.3.1. Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição no Concurso, conforme o art. 27, parágrafo único da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), não se aplicando este critério aos demais candidatos.

18.3.2. Obtiver a maior nota, apurada pela média aritmética das notas de cada examinador, na defesa pública de memorial.

18.3.3. Obtiver a maior nota na prova escrita e arguição oral.

18.3.4. Obtiver a maior nota na análise e apreciação dos títulos e currículo.

18.3.5. Tiver a maior idade.

18.4. As notas auferidas pelos candidatos nas diferentes etapas do certame e a nota final global serão dadas a conhecer em sessão pública e divulgadas na página do Observatório Nacional.

18.5. A classificação dos candidatos habilitados, tanto na lista de ampla concorrência quanto na lista de pessoas negras e na lista de pessoas com deficiência, será pela ordem decrescente de suas respectivas notas finais globais.

18.6. Haverá quantitativo máximo de candidatos aprovados, de acordo com o número de vagas disponibilizado em cada perfil e com o especificado no item 3.9 deste Edital.

18.6.1. O quantitativo máximo de aprovados prevê a reserva de 20% para candidatos negros e de 5% para candidatos com deficiência, sendo o quantitativo remanescente destinado à ampla concorrência, exceto nas vagas reservadas aos negros e às pessoas com deficiência.



18.6.2. Os candidatos habilitados que, pela ordem de classificação, excedam o quantitativo máximo de aprovados, ficarão automaticamente reprovados, nos termos do art. 39 do Decreto nº 9.739/2019.

18.7. Nas vagas de ampla concorrência, a ordem de classificação, até o quantitativo máximo de aprovados considerado neste Edital para cadastro de reserva, será a seguinte:

Ordem de classificação	Candidato aprovado
1º	1º classificado na lista de ampla concorrência
2º	2º classificado na lista de ampla concorrência
3º	1º classificado na lista de negros
4º	3º classificado na lista de ampla concorrência
5º	1º classificado na lista de pessoas com deficiência
6º	4º classificado na lista de ampla concorrência

18.8. A ordem de classificação do item 18.7 deverá observar o disposto nos itens 9.9 e 10.9 deste Edital, sendo sempre o 3º e 8º postos ocupados por pessoas negras, e o 5º posto por pessoas com deficiência, caso existam entre os candidatos aprovados.

18.9. O relatório da Comissão Examinadora será submetido ao Diretor do ON, que decidirá sobre os casos omissos e divulgará o resultado final do certame.

18.10. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado final do certame, dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, através do e-mail concursos@on.br, dentro de um prazo não superior a 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado.

18.11. Findo o prazo para análise e resposta dos recursos, e observado o número existente de vagas, o Diretor do Observatório Nacional publicará a homologação do resultado final no D.O.U., e encaminhará ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a relação dos candidatos aprovados no certame.

18.12. A nomeação dos candidatos aprovados dar-se-á por meio de ato da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, obedecendo à ordem de classificação, observada a legislação que trata sobre políticas de reserva de vagas em concursos públicos.

18.13. No caso do Perfil T4, a ordem de classificação dos candidatos será independente da área de atuação específica escolhida.

19. DOS RECURSOS

19.1. Os recursos que venham a ser interpostos pelos candidatos deverão ser dirigidos ao Diretor do ON, que os apreciará em última instância no âmbito da Unidade de Pesquisa

19.2. Os recursos deverão ser apresentados por escrito, pelo interessado, exclusivamente através do e-mail concursos@on.br.

19.3. O Observatório Nacional não se responsabilizará por pedidos de recurso não recebidos, recebidos de forma incompleta ou fora do prazo, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.

19.4. Os recursos referentes ao pedido de isenção da taxa de inscrição deverão ser apresentados em até 1 (um) dia útil, contado a partir da divulgação do indeferimento.

19.5. Os recursos referentes à inscrição deverão ser apresentados em até 3 (três) dias úteis contados a partir da divulgação da lista preliminar dos candidatos com inscrição homologada no certame.

19.6. Os recursos referentes à composição das Comissões Examinadoras deverão ser apresentados em até 3 (três) dias úteis após a divulgação da composição das Comissões no D.O.U..

19.7. Os recursos referentes às provas e ao julgamento das Comissões Examinadoras deverão ser apresentados em até 3 (três) dias úteis após a divulgação do resultado final do Concurso no D.O.U..

19.8. Não caberá recurso contra as decisões das Comissões Examinadoras referentes à avaliação de mérito dos candidatos.

19.9. Será considerado recurso de nulidade do Concurso somente mediante a comprovação de fatos e irregularidades graves ocorridas no processo de avaliação final, formulado num prazo não superior a 3 (três) dias úteis após a publicação do resultado final do Concurso no D.O.U., dirigido ao Diretor do Observatório Nacional, que, julgando o procedente, o encaminhará à Comissão Interna de Concurso para deliberação.

19.10. O candidato poderá apresentar parecer de assistente técnico para subsidiar seu recurso.

20. DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO

20.1. O prazo e condições de validade do Concurso encontram-se especificados no item 1.4 deste Edital.

21. DA NOMEAÇÃO

21.1. A classificação no Concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no cargo, mas apenas a expectativa de ser nele provido, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência do Observatório Nacional.

21.2. A nomeação dos candidatos aprovados, ainda que exclusivamente em cadastro de reserva e durante o prazo de validade do Concurso, respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, sendo considerada a relação entre o número total de vagas, inclusive as que surgirem posteriormente, e o número de vagas reservadas a pessoas com deficiência e a pessoas negras.

21.3. A nomeação do candidato cujo nome conste na relação de homologação do resultado final do Concurso, classificado dentro do quantitativo máximo de aprovados, conforme estabelecido neste Edital, obedecerá à estrita ordem de classificação, e deverá ser publicada no D.O.U..

21.4. O candidato nomeado que não se apresentar para a posse do cargo no prazo legal de 30 (trinta) dias, perderá o direito à vaga, conforme previsto no art. 13, § 6º da Lei nº 8.112/1990.

21.5. Havendo desistência do candidato antes da nomeação, ou o não cumprimento, por parte do candidato classificado, das exigências legais dentro dos prazos estipulados pelo Regime Jurídico Único, ou dos requisitos para investidura no cargo previstos neste Edital, ou ainda, havendo exoneração do candidato após a sua nomeação no cargo, dentro do prazo de validade deste Concurso, será convocado o candidato com a classificação subsequente, dentro do mesmo perfil, observado o limite de candidatos aprovados estabelecido neste Edital.

22. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

22.1. Qualquer cidadão poderá impugnar, fundamentadamente, este Edital, nos prazos estipulados no cronograma (item 5.2).

22.2. Para requerer a impugnação, o impugnante deverá encaminhar o pedido ao Diretor do Observatório Nacional através do e-mail concursos@on.br.

22.3. O impugnante deverá, necessariamente, indicar o item/subitem do Edital que será objeto de sua impugnação.

22.4. Os pedidos de impugnação serão julgados pelo Diretor do Observatório Nacional, não cabendo recurso administrativo da decisão.

22.5. Impugnações referentes às retificações deste Edital, quando e se houver, deverão ser realizadas no prazo de 2 (dois) dias corridos, contados da data de publicação da retificação, através do e-mail concursos@on.br, devendo indicar:

22.5.1. No assunto do e-mail "Impugnação contra o Edital nº 01/2023".

22.5.2. O item/subitem objeto de impugnação.

22.5.3. Argumentação fundamentada.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Para efeitos do cumprimento de prazos, considerar-se-á sempre às 23h59m da data apazada, salvo quando indicado explicitamente.

23.2. O candidato aprovado e classificado no Concurso deverá manter seus dados cadastrais e de contato atualizados junto ao Serviço de Recursos Humanos do Observatório Nacional, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato os eventuais prejuízos decorrentes da não atualização dessa informação.

23.3. As despesas decorrentes da participação em todas as fases e procedimentos do Concurso, inclusive as referentes à transferência de domicílio para posse de cargo, correrão por conta do candidato, que não terá direito a ressarcimento de despesas de qualquer natureza.

23.4. Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativos à classificação ou notas do candidato, valendo para tal fim os resultados publicados no D.O.U..

23.5. Não serão fornecidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativas às notas de candidato reprovado.

23.6. A documentação apresentada pelo candidato no ato da inscrição no Concurso, bem como à referente à análise e apreciação dos títulos, não será devolvida e permanecerá arquivada no Serviço de Recursos Humanos do Observatório Nacional, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação da homologação do resultado final do Concurso.

23.7. O candidato, ao efetuar sua inscrição no Concurso, autoriza de forma explícita que o ON disponha de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, exclusivamente de forma a possibilitar a efetiva execução do certame, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

23.8. O Concurso não será interrompido em caso de falha técnica na página do Observatório Nacional ou no endereço de e-mail do certame.

23.9. A qualquer tempo, poderá haver anulação da inscrição, das provas, da nomeação e/ou da posse do candidato, quando verificada a falsidade em qualquer declaração, documento e/ou irregularidade e/ou utilização de meios ilícitos durante a realização das provas, observado o devido processo legal.

23.10. Em todas as etapas do Concurso, a equipe de aplicação das provas, bem como os candidatos, deverão seguir as diretrizes definidas pelo Observatório Nacional para evitar a transmissão da COVID-19, que estarão disponíveis para consulta na página do Observatório Nacional.

23.10.1. Será automaticamente eliminado do certame, o candidato que durante as etapas do Concurso, descumprir as medidas de proteção estabelecidas.

23.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Observatório Nacional, ouvida a Comissão Interna de Concurso.

23.12. Quaisquer alterações nas regras fixadas no presente Edital poderão ser feitas somente por meio de Edital de Retificação.

JAILSON SOUZA DE ALCANIZ

ANEXO I

PERFIS DOS CARGOS EM CONCURSO

PERFIL: T1.

Cargo: Tecnologista.

Classe/Padrão: Pleno 2 I.

Área de atuação: Astrofísica Computacional.

Número de vagas para ampla concorrência: 1 (uma).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Coordenação de Astronomia e Astrofísica.

Formação exigida: Graduação, Mestrado ou Doutorado em Astronomia, Física, Ciência da Computação, Matemática ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Doutor conforme a formação exigida, ou ter realizado atividade de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação do perfil, durante, pelo menos, 5 (cinco) anos após a obtenção do título de Mestre, ou ter realizado atividade de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação do perfil durante, pelo menos, 8 (oito) anos após a obtenção do título de Graduação; e ter demonstrado capacidade para participar em projetos relevantes de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na sua área de atuação, contribuindo com resultados tecnológicos expressos em trabalhos documentados por publicações, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos.

Descrição sumária das atribuições: Realizar pesquisas e/ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação do cargo em concurso, prestar suporte técnico-científico às diversas áreas de atuação da Coordenação de Astronomia e Astrofísica, colaborar no desenvolvimento tecnológico de projetos da área de astronomia, de interesse do Observatório Nacional, e contribuir na formação de recursos humanos no Programa de Pós-graduação em Astronomia do Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

1. Aplicação de métodos bayesianos em astrofísica.

2. Aprendizado de máquina: técnicas e aplicações em astrofísica.

3. Simulações de N corpos em astronomia e astrofísica.

4. Simulações hidrodinâmicas em astronomia e astrofísica.

5. Programação paralela: paradigmas e aplicações em astronomia e astrofísica.

PERFIL: T2.

Cargo: Tecnologista.

Classe/Padrão: Pleno 1 I.

Área de atuação: Desenvolvimento de Instrumentação Eletrônica.

Número de vagas para ampla concorrência: 1 (uma).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Coordenação de Geofísica.

Formação exigida: Graduação ou Mestrado em Geofísica, Física, Engenharia Eletrônica, ou área do conhecimento compatível com a área de atuação do cargo em concurso.

Pré-requisitos: Ter o título de Mestre conforme a formação exigida, ou ter realizado atividade de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação do perfil durante, pelo menos, 3 (três) anos após a obtenção do título de Graduação; e ter participado em projetos de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Realizar desenvolvimento e aperfeiçoamento de equipamentos e instrumentos científicos de uso em Geofísica, calibração e manutenção de equipamentos geofísicos, desenvolvimento de instrumentos e métodos para pesquisa em geofísica, além de outras atividades que venham a ser demandadas pelo Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

1. Fundamentos de eletrônica I: componentes eletrônicos; transistores, amplificadores operacionais, osciladores, circuitos ressonantes e sintonizados; controle de polarização e realimentação; sinais e amplificação; filtragem analógica.

2. Fundamentos de eletrônica II: grandezas analógicas e digitais; técnicas de conversão analógico/digital e digital/analógico; sistemas de aquisição, comunicação, visualização e registro digital de dados.

3. Fundamentos de eletrônica III: circuitos lógicos digitais; microprocessadores e microcontroladores; processadores digitais de sinais; técnicas digitais de tratamento de sinais; conversão e representação numérica, processamento em tempo real.

4. Fundamentos de eletrônica IV: circuitos de controle e potência; transferência de energia; circuitos magnéticos, indutores e transformadores; fontes de alimentação lineares e por chaveamento; sistemas de muito baixo consumo e operação com baterias.

5. Fundamentos de eletrônica V: geração e detecção de altas frequências e pulsos de curta duração; modulação e demodulação; separação de sinais; detecção síncrona de sinais e PLL; técnicas de medição de frequência; técnicas de detecção com baixo ruído.



PERFIL: T3.

Cargo: Tecnologista.

Classe/Padrão: Pleno 1 I.

Área de atuação: Infraestrutura instrumental e operacional em Geofísica.

Número de vagas para ampla concorrência: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 1 (uma). Outros candidatos poderão se inscrever para concorrer a esta vaga, mas a prioridade no provimento será dos candidatos com deficiência aprovados.

Lotação: Coordenação de Geofísica.

Formação exigida: Graduação ou Mestrado em Geofísica, Física, Engenharia Eletrônica, ou área do conhecimento compatível com a área de atuação do cargo em concurso.

Pré-requisitos: Ter o título de Mestre conforme a formação exigida, ou ter realizado atividade de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação do perfil durante, pelo menos, 3 (três) anos após a obtenção do título de Graduação; e ter participado em projetos de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Atuar na aquisição, processamento e análise de dados geofísicos, incluindo: (1) manutenção preventiva, corretiva e calibração de instrumentos geofísicos para a realização de diferentes tipos de medições, como sismômetros, magnetômetros, sistemas para eletronresistividade, sistemas magnetotelúricos, sistema de aquisição de dados digitais diversos; (2) participar na definição da aquisição e desenvolvimento de novos equipamentos geofísicos do projeto estratégico "Laboratório Multiusuário Pool de Equipamentos Geofísicos do Brasil (www.pegbr.on.br)"; (3) coleta de dados de campo, planejando e executando campanhas de coleta de dados em áreas específicas, seguindo metodologias e procedimentos adequados para cada tipo de medição, propondo inovações para otimização e melhor aquisição de dados de campo; (4) processamento de dados, realizando o processamento inicial e controle de qualidade dos dados coletados em campo, que pode envolver a correção de ruídos, filtragem e transformações matemáticas para melhorar a qualidade e a interpretação dos resultados; (5) análise e interpretação de dados geofísicos processados para inferir informações sobre a estrutura geológica e geofísica da região estudada; e (6) elaboração de relatórios técnicos e científicos para documentar os resultados obtidos, suas análises e interpretações;

Temas da prova escrita:

1. Métodos geofísicos potenciais: fundamentos metodológicos, fundamentos físicos dos gravímetros e magnetômetros, e aplicações.

2. Métodos geofísicos elétricos e eletromagnéticos: fundamentos metodológicos e fundamentos físicos dos resistivímetros, sistemas electromagnéticos, sistemas magnetotelúricos, e aplicações.

3. Redes geofísicas sismológicas: objetivos e aplicações, transmissão de dados em tempo real.

4. Fundamentos de processamento de sinais: conversão analógico / digital, teoria da amostragem, análise no domínio do tempo (espaço) x frequência, análise espectral, transformadas de Fourier e wavelet, filtragem de sinais no tempo e frequência, caracterização de ruídos.

5. Avaliação, teste e manutenção de instrumentos geofísicos diversos: gravímetros, magnetômetros, sistemas eletromagnéticos no domínio do tempo e frequência, sistemas magnetotelúricos, sismômetros.

PERFIL: T4.

Cargo: Tecnologista.

Classe/Padrão: Pleno 1 I.

Áreas de atuação: Petrofísica Experimental ou Tecnologia da Informação aplicada à Geofísica.

Número de vagas para ampla concorrência: 1 (uma).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Coordenação de Geofísica.

Formação exigida: Graduação ou Mestrado em Geofísica, Física, Ciências da Computação, ou área do conhecimento compatível com as áreas de atuação do cargo em concurso.

Pré-requisitos: Ter o título de Mestre conforme a formação exigida, ou ter realizado atividade de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação do perfil durante, pelo menos, 3 (três) anos após a obtenção do título de Graduação; e ter participado em projetos de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Além de outras atividades que venham a ser demandadas pelo Observatório Nacional, atuar em uma das duas áreas do cargo em concurso, a saber:

(1) Nos trabalhos de desenvolvimento tecnológico relacionados às atividades de coleta e análise de amostras de rochas e fluidos, à realização de testes e experimentos para determinar as propriedades físicas das rochas, como porosidade, permeabilidade, resistividade, densidade e compressibilidade, além da caracterização dos fluidos presentes, como viscosidade, ponto de ebulição, acidez, entre outros. Interpretar os resultados dos testes de rochas, utilizando técnicas estatísticas e modelos matemáticos, de forma a compreender as características do reservatório, e otimizar a produção de petróleo e gás e o uso da ressonância magnética nuclear para obter informações valiosas sobre as propriedades das rochas e dos fluidos presentes nos reservatórios de petróleo e gás, contribuindo para uma melhor compreensão do comportamento dos fluidos dentro do reservatório e para a tomada de decisões mais precisas em relação à exploração e produção de hidrocarbonetos. (2) Nos trabalhos de desenvolvimento tecnológico relacionados com a Tecnologia da Informação aplicada a problemas geofísicos, desenvolvimento de códigos computacionais para aplicações geofísicas, imageamento geofísico, gerenciamento de bancos de dados geofísicos, aprendizado de máquina e programação paralela em problemas diversos da geofísica, ferramentas Github e similares para desenvolvimento de software, e suporte à computação de alto desempenho utilizada nos computadores do Observatório Nacional.

Temas da prova escrita:

Para a área de Petrofísica Experimental:

1. Petrofísica experimental: conceitos básicos, objetivos e importância para a indústria do petróleo, e principais métodos e técnicas experimentais em Petrofísica.

2. Propriedades físicas das rochas: grandezas físicas, conceitos, métodos de medição e sua importância nos reservatórios e na produção de fluidos.

3. Estudos petrofísicos usando perfis de poços (well logs) e sua correlação com os dados laboratoriais.

4. Sistema de física e mecânica de rochas: propriedades elásticas, propriedades mecânicas; monitoramento da pressão de poro; permeabilidade absoluta e relativa bi-fásica; resistividade elétrica e fator de formação.

5. Qualificação da rocha por ressonância magnética nuclear (NMR), tipificação de fluido por NMR e análise de permeabilidade.

Para a área de Tecnologia da Informação aplicada à Geofísica:

1. Aprendizado de máquina: fundamentos, técnicas e aplicações em geofísica.

2. Programação paralela: aplicações geofísicas em computadores de alto desempenho.

3. Processamento de sinais geofísicos, redes neurais, mineração de dados, aplicações.

4. Gerenciamento de bancos de dados geofísicos: modelos, georreferenciamento e sistemas de informação geográfica, segurança de dados, controle de qualidade, manutenção.

5. Programação científica: linguagens de programação tradicionais e novas, aplicações em geofísica.

PERFIL: T5.

Cargo: Tecnologista.

Classe/Padrão: Pleno 1 I.

Área de atuação: Metrologia de Tempo e Frequência.

Número de vagas para ampla concorrência: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas negras: 1 (uma). Outros candidatos poderão se inscrever para concorrer a esta vaga, mas a prioridade no provimento será dos candidatos negros aprovados.

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Divisão de Serviços da Hora Legal Brasileira.

Formação exigida: Graduação ou Mestrado em Engenharia Eletrônica, Física ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Mestre conforme a formação exigida, ou ter realizado atividade de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação do perfil durante, pelo menos, 3 (três) anos após a obtenção do título de Graduação; e ter participado em projetos de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Desenvolvimento tecnológico aplicado à área de Metrologia em Tempo e Frequência, incluindo calibração de fontes de frequência, instrumentos eletrônicos e equipamentos que fazem uso da grandeza tempo e frequência. Desenvolvimento de automação de medidas e de sistemas aplicados à área metrologia de Tempo e Frequência. Execução de cálculos de incerteza de medição, emissão de documentos, certificados, procedimentos e relatórios, quando couber, referidos ao Sistema da Qualidade com base na Norma NBR ISO/IEC 17025.

Temas da prova escrita:

1. Medições e caracterização da instabilidade da frequência.

2. Padrões de frequência atômicos.

3. Métodos de disseminação do tempo e frequência.

4. Calibração de tempo e frequência.

5. Tempo atômico internacional e tempo universal coordenado.

PERFIL: T6.

Cargo: Tecnologista.

Classe/Padrão: Pleno 1 I.

Área de atuação: Geração, Conservação e Disseminação da Hora Legal Brasileira.

Número de vagas para ampla concorrência: 1 (uma).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Divisão de Serviços da Hora Legal Brasileira.

Formação exigida: Graduação ou Mestrado em Engenharia Eletrônica, ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Mestre conforme a formação exigida, ou ter realizado atividade de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação do perfil durante, pelo menos, 3 (três) anos após a obtenção do título de Graduação; e ter participado em projetos de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Desenvolvimento tecnológico aplicado à geração, disseminação e conservação da Hora Legal Brasileira. Instalação e operação de equipamentos e instrumentos eletrônicos, padrões de frequência, distribuidores de frequência e de tempo. Desenvolvimento de automação para monitoramento do desempenho de relógios atômicos. Desenvolvimento de sistemas eletrônicos para disseminação da Hora Legal Brasileira. Instalação e manutenção de relógios atômicos.

Temas da prova escrita:

1. Circuitos elétricos e medidas: Teoria dos circuitos elétricos, resistores, capacitores, indutores, leis de Kirchhoff, equacionamento de circuitos, cálculo da resposta a partir de sinais de entrada. Análise de circuitos, respostas no domínio do tempo e no domínio da frequência, aplicação da transformada de Laplace e Fourier, função de transferência, cálculo da resposta em regime transitório e permanente. Impedâncias, resposta em frequência, análise do diagrama de Bode, medidas de tensão e correntes, aplicação dos teoremas de Norton e Thevenin. Medidas em circuitos elétricos, circuitos de corrente contínua, circuitos de corrente alternada, cálculo do valor eficaz de tensão e correntes, valor de pico, equipamentos de medição, osciloscópio, multímetro e medidores de potência.

2. Eletrônica analógica: Análise e projeto de circuitos eletrônicos, circuitos utilizando diodos e componentes semicondutores (regulador zener, limitador, comparador, grameador, retificadores de meia-onda e de onda completa). Dispositivos semicondutores, diodos retificadores, Zener, Varactor, LED, Fotodiodo, Diodo túnel, tiristores SCR, DIAC e TRIAC, transistores BJT, JFET, MOSFET e IGBT. Amplificadores operacionais ideais, conceito de terra virtual, amplificadores operacionais reais, aplicações de circuitos utilizando amplificadores operacionais. Polarização com transistores, TJ bipolares e de efeito de campo, análise de circuitos contendo transistores, análise de sinais e modelos equivalentes de transistores. Cálculo da impedância de entrada ou de saída em circuitos transistorizados, cascadeamento de circuitos.

3. Eletrônica digital e sistemas microprocessados: Análise e projeto de sistemas digitais, álgebra booleana, representação numérica, redução de expressões lógicas, mapa de Karnaugh. Portas lógicas e circuitos combinacionais, somadores, subtratores, codificadores, decodificadores, conversores de códigos, multiplexadores, demultiplexadores. Circuitos sequenciais (flip-flops, máquinas de estado), diagramas lógicos, intertravamento. Organização de computadores, arquitetura x86, barramentos, memória, entrada e saída (I/O) e interrupções. Microprocessadores, microcomputadores e microcontroladores, interfaceamento, transmissão paralela e serial. Controladores Lógicos Programáveis (CLP).

4. Sistemas de controle: Análise e projeto de sistemas de controle, transformada de Laplace, modelagem de sistemas dinâmicos e cálculo da função de transferência de sistemas contínuos, conceito de realimentação. Modelagem em espaço de estado, conversão para função de transferência e vice-versa. Análise de estabilidade, uso das técnicas do lugar das raízes e do diagrama de Bode. Análise de sistemas de segunda ordem, parâmetros de desempenho, redução de diagramas em blocos, projeto de compensadores. Conceito de controle de processos, sistemas de malha aberta e malha fechada, controladores Proporcional-Integral-Derivativo (PID), métodos de ajustes, técnica de Ziegler-Nichols. Análise de sistemas discretos, transformada Z, análise de estabilidade, modelos de sistemas discretos em espaço de estado.

5. Conceitos básicos de sinais e sistemas: Análise de sinais determinísticos, sinais de energia e de potência, transformada de Fourier, sistemas lineares e invariantes no tempo (LIT). Transformada de Laplace, respostas transitórias, impulso e degrau. Resposta em frequência, determinação da saída de um sistema LIT, operação de convolução. Sinais e sistemas discretos no tempo, transformada Z, amostragem de sinais contínuos no tempo.

PERFIL: T7.

Cargo: Tecnologista.

Classe/Padrão: Pleno 1 I.

Área de atuação: Metrologia Óptica.

Número de vagas para ampla concorrência: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas negras: 1 (uma). Outros candidatos poderão se inscrever para concorrer a esta vaga, mas a prioridade no provimento será dos candidatos negros aprovados.

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Divisão de Serviços da Hora Legal Brasileira.

Formação exigida: Graduação ou Mestrado em Engenharia Eletrônica, Física ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Mestre conforme a formação exigida, ou ter realizado atividade de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação do perfil durante, pelo menos, 3 (três) anos após a obtenção do título de Graduação; e ter participado em projetos de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação.



Descrição sumária das atribuições: Desenvolvimento de relógios ópticos. Caracterização da estabilidade de lasers. Aplicação de pente de frequência na metrologia de tempo e frequência. Caracterização da disseminação de tempo e frequência por fibra óptica. Geração de frequências Ópticas.

Temas da prova escrita:

1. Relógios atômicos ópticos.
2. Medição em frequência óptica.
3. Pente de frequência óptico.
4. Sintetizador de frequência óptico.
5. Laser de femtossegundos para relógios ópticos.

PERFIL: T8.

Cargo: Tecnologista.

Classe/Padrão: Pleno 1 I.

Área de atuação: Administração de Redes e Segurança da Informação.

Número de vagas para ampla concorrência: 1 (uma).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Divisão de Tecnologia da Informação.

Formação exigida: Graduação ou Mestrado em Análise de Sistemas, ou Processamento de Dados, ou Ciência da Computação, ou Engenharia de Software, ou Redes de Computadores, ou área afim.

Pré-requisitos: Ter o título de Mestre conforme a formação exigida, ou ter realizado atividade de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação do perfil durante, pelo menos, 3 (três) anos após a obtenção do título de Graduação; e ter participado em projetos de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Projetar e definir tecnologia, topologia e configuração de rede de computadores e sistemas de comunicação; avaliar, especificar, dimensionar e valorar recursos e serviços de comunicação de dados; elaborar procedimentos para instalação, customização e manutenção dos recursos de rede.

Temas da prova escrita:

1. Sistemas operacionais baseados em Linux: compreensão dos princípios fundamentais, arquitetura e administração de sistemas operacionais baseados em Linux de código aberto. Conhecimento sobre comandos e configurações básicas, gerenciamento de usuários, permissões de arquivo, gerenciamento de pacotes e solução de problemas.

2. Redes de computadores: experiência com tecnologias de compartilhamento de dados e recursos computacionais, compreendendo conceitos e práticas relacionadas à instalação e gerenciamento de LANs e WANs. Domínio nos conceitos de roteamento de pacotes e comutação de quadros. Configuração, monitoramento, execução de cópias de segurança e recuperação de desastres de sistemas operacionais, dados e configurações de equipamentos ativos de rede.

3. Virtualização: familiaridade com tecnologias de virtualização de código aberto, compreendendo conceitos e práticas relacionadas à criação, configuração e gerenciamento de máquinas virtuais, redes virtuais, armazenamento virtual e migração de máquinas virtuais.

4. Operação de firewall: habilidades em operar firewalls de código aberto, envolvendo conceitos e práticas relacionadas à configuração, gerenciamento de regras de firewall, filtragem de pacotes, inspeção de tráfego, VPN (Rede Virtual Privada) e segurança de rede.

5. Tecnologia de contêineres: compreensão dos princípios e práticas relacionados à utilização de tecnologias de contêiner de código aberto. Conceitos de criação, gerenciamento e implantação de contêineres, além do uso de imagens, redes e volumes de armazenamento.

PERFIL: T9.

Cargo: Tecnologista.

Classe/Padrão: Pleno 1 I.

Área de atuação: Engenharia de Dados.

Número de vagas para ampla concorrência: 1 (uma).

Número de vagas para pessoas negras: 0 (zero).

Número de vagas para pessoas com deficiência: 0 (zero).

Lotação: Divisão de Tecnologia da Informação.

Formação exigida: Graduação ou Mestrado em Ciências de Dados, ou Ciência da Computação, ou Engenharia de Dados, ou áreas afins, tais como, Física, Matemática, Astronomia e Geofísica.

Pré-requisitos: Ter o título de Mestre conforme a formação exigida, ou ter realizado atividade de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação do perfil durante, pelo menos, 3 (três) anos após a obtenção do título de Graduação; e ter participado em projetos de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na área de atuação.

Descrição sumária das atribuições: Gerenciar os dados científicos de projetos dos quais o Observatório Nacional faz parte. Especificar e manusear ferramentas que envolvem a análise e armazenamento de grande volume de dados. Arquear sistemas distribuídos, criar pipelines confiáveis, combinar fontes de dados, criar a arquitetura de soluções, colaborar com a equipe de Data Science e construir as soluções certas para essas equipes.

Temas da prova escrita:

1. Características de banco de dados relacionais e não-relacionais.
2. Gerenciamento de grande volume de dados (Big Data) no ambiente científico.
3. Computação de alto desempenho: conceitos, aplicações e cenário atual.
4. Modelos para paralelização de problemas.
5. Paradigma de programação orientada a objetos: conceitos e aplicações.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

DIRETORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 315/2023 - UASG 113205

Nº Processo: 01344.000763/2023. Objeto: Parte 1 e 2 do Kit de reagentes para síntese de FDG no módulo Tracerlab MX, padrões de referência e de impureza, kit de reagentes e cassete, kit e acessórios para síntese, conforme discriminado na SD SEI 2044212. Total de Itens Licitados: 00007. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Conforme discriminado no processo Declaração de Inexigibilidade em 06/10/2023. ANTONIO FLAVIO DOS REIS. Chefe do Serviço de Suprimento e Patrimônio. Ratificação em 09/10/2023. LUIZ CARLOS DUARTE LADEIRA. Diretor do Cdtm. Valor Global: R\$ 225.428,16. CNPJ CONTRATADA : Estrangeiro ABX ADVANCED BIOCHEMICAL COMPOUNDS.

(SIDE - 09/10/2023) 113205-11501-2023NE090045

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 35/2023 - UASG 113205

Número do Contrato: 13/2022.

Nº Processo: 01344.000261/2022-15.

Pregão. Nº 369/2022. Contratante: COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-CDTN. Contratado: 15.226.223/0001-49 - VRL MANUTENÇÕES TÉCNICAS LTDA.. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do contrato nº 13/2022/CDTN/DIGEIA, por 12(doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 25/10/2023 a 24/10/2024, nos termos do art. 57, II, da lei n.º 8.666, de 1993. Vigência: 25/10/2023 a 24/10/2024. Valor do Termo Aditivo: R\$ 149.968,59. Data de Assinatura: 05/10/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 05/10/2023).

UNIDADE ADMINISTRATIVA DE ÓRGÃO CONVENIADO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO Nº 56/2023

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 01342002001202385. , publicada no D.O.U de 25/09/2023 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Embalagem de Transporte para Radiofármacos (ETR) Novo Edital: 10/10/2023 das 08h00 às 12h00 e de 12h01 às 17h00. Endereço: Av Prof. Lineu Prestes 2242 Cidade Universitaria Butantã - SAO PAULO - SP Entrega das Propostas: a partir de 10/10/2023 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/10/2023, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

JOANA RAMOS RAYMUNDO

Pregoeira

(SIDE - 09/10/2023) 113202-11501-2023NE000001

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO PARA PESQUISA

PROCESSO nº 01342.002357/2021-57. ESPÉCIE: Acordo de Parceria, PARTES: a empresa Center of Molecular Research Brasil Ltda. - CMR, CNPJ nº 17.655.359/0001-08, a Comissão Nacional de Energia Nuclear- CNEN, CNPJ nº 00.402.552/0001-26, por meio de sua unidade administrativa Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN, CNPJ 00.402.552/0005-50, a Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, CNPJ: 60.453.032/0001-74, a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, CNPJ nº 46.068.425/0001-33, a Fundação Faculdade de Medicina - FFM, CNPJ nº 56.577.059/0006-06, gestora do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo - "Octávio Frias de Oliveira" - FFM/ICESP, a Fundação Pio XII (Hospital do Amor) - HA Barretos, CNPJ nº 49.150.352/0001-12, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, CNPJ nº 43.828.151/0001-45 e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, CNPJ 18.720.938/0001-41. OBJETO: "Programa Multicêntrico Utilizando Radioligantes de PSMA para o Diagnóstico e Terapia de Pacientes com Câncer de Próstata". Fundamento legal: Lei n.º 6.189 de 1974, artigos 2º, IV, alíneas "a", "b" e "c", XII, e 3º, II, com a redação dada pela Lei n.º 7.781, de 27 de junho de 1989, sujeito às normas do Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Lei n.º 10.973/2004 e 13.243/2016, Decreto n.º 9.283/2018, Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações. Valor total: R\$17.384.973,56, sendo R\$7.222.864,66 recursos da FAPESP, conforme termo de outorga, R\$ 5.224.672,39 os recursos da CMR, dos quais 5% serão destinados à cobertura de despesas operacionais e administrativas da FUNDEP, e R\$4.937.436,51 recursos do IPEN. DATA DE ASSINATURA: 01/09/2023. PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 meses a partir da publicação. SIGNATÁRIOS: Isolda Costa, Diretora do IPEN, Marco Antonio Zago - Presidente da FAPESP, Sibila Roberta Marques - Diretora da CMR, Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior - Diretor Presidente da FFM/ICESP, Amaro Angrisano - Diretor Financeiro da FFM/ICESP, Henrique Duarte Prata - Presidente do HA Barretos, Antonio José de Almeida Meirelles - Magnífico Reitor da UNICAMP, Raiane Patricia Severino - Magnífica Reitora da UNIFESP e Jaime Arturo Ramirez - Presidente da FUNDEP.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: Referência: 0160/23. Espécie: TERMO DE OUTORGA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, celebrado entre a FINEP, CNPJ nº 33.749.086/0001-09, com sede em Brasília e serviços no Rio de Janeiro, e BRUTT BRASIL LTDA, CNPJ nº 87.518.510/0001-33, com sede no Município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mauricio Sirotski Sobrinho, nº 31, Bairro Distrito Industrial, CEP 94930-370. Objeto: Execução do Projeto "Rota tecnológica para mineração urbana de resíduos eletroeletrônicos para produção de pó de cobre eletrolítico e metais nobres". Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT/SUBVENÇÃO ECONÔMICA. Nota de Empenho: 2023NE000893 29/6/2023. PTRES: 172669. Valor do Instrumento: R\$ 3.259.740,03 (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta reais e três centavos). Valor de Contrapartida: R\$ 837.507,84 (oitocentos e trinta e sete mil, quinhentos e sete reais e oitenta e quatro centavos). Vigência: 24 (vinte e quatro) meses. Signatários FINEP: Celso Pansera, CPF 477.122.449-87 e Elias Ramos de Souza, CPF 153.145.885-87. Signatários BRUTT BRASIL LTDA: Luciano Pereira Cardoso, CPF 018.587.950-01 e Erton Armando da Fontoura Cardoso, CPF 222.176.570-20. Data de assinatura: 06/10/2023.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT/CT-INFRA - PROINFRA 2021; Referência: 0240/22; Data da Assinatura: 06/10/2023; Partes: Concedente: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ n.º 33.749.086/0001-09; Conveniente: FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOAM - SANGUE NATIVO (FSN); CNPJ nº 02.827.461/0001-68; Objeto: Projeto intitulado "Fortalecimento da Infraestrutura Científica e Tecnológica da Fundação HEMOAM para o Desenvolvimento de Pesquisa em Saúde no Amazonas"; Valor total: até R\$ 1.270.439,13 (um milhão, duzentos e setenta mil, quatrocentos e trinta e nove reais e treze centavos) destinados ao Conveniente por meio de aporte direto; Fonte: Infraestrutura; Prazo de Vigência e Execução Física e Financeira do Projeto: até 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de assinatura do convênio; Prestação de Contas Final: até 60 (sessenta) dias contados da data do término da vigência.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 01.20.0191.01; Data de Assinatura: 05/10/2023; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, CNPJ nº 33.749.086/0001-09; FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS; CNPJ nº 21.949.888/0001-83; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 16/12/2025; Prazo de Prestação de Contas: 14/02/2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 03.20.0244.01; Data de Assinatura: 06/10/2023; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, CNPJ nº 33.749.086/0001-09; FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SERGIPE; CNPJ nº 07.888.112/0001-70; Objeto: Prorrogação de prazo; Prazo de Utilização: 23/06/2025; Prazo de Vigência: 23/09/2025.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio 941231/2023 CNPq/Fundação Araucária. Processo SEI: 01300.004929/2023-91; Emendas Parlamentares nºs 40340002/2023 e 40340005/2023. Dos Partícipes: Concedente: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, CNPJ nº 33.654.831/0001-36. Conveniente: Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - Fundação Araucária, CNPJ 03.579.617/0001-00. Do Objeto: Implementar as Emendas Parlamentares - Ação 20US - Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico, cujo tipo de realização refere-se à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - Programa 2204 - Brasil na Fronteira do Conhecimento, a serem executadas no Estado do Paraná, tendo por executora a Fundação Araucária, citadas nos incisos a seguir: I. Emenda Parlamentar nº 40340002 - Objeto: Emenda destinada ao projeto WASH no Estado do Paraná, em parceria com a Fundação Araucária. II. Emenda Parlamentar nº 40340005 - Objetivo principal é promover meios de interoperabilidade e retroalimentação entre a infraestrutura

